



# REVISTA MUNICIPAL

Ano XXIII — Número 95  
4.º Trimestre de 1962



PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

*NA CAPA: Lisboa — S. Geronymo; Belem (pintura do Tenente-Coronel Batty).*

*Incorporação*

# REVISTA MUNICIPAL

*DIRECTOR*  
HENRIQUE MARTINS GOMES

*ASSISTENTE GRÁFICO*  
JOSE ESPINHO

*DESENHOS DE*  
CARLOS O. PINTO  
CARLOS RAFAEL  
LEONILDO DIAS  
JOSE ESPINHO

*CAPA DE*  
LEONILDO DIAS

## SUMÁRIO

*OS CUMPRIMENTOS DE FIM DE ANO DO PESSOAL  
CAMARÁRIO DE TODAS AS CATEGORIAS AO GENERAL  
FRANÇA BORGES*

*O TEJO — RIO INTERNACIONAL, RIO PORTUGUÊS E RIO  
DE LISBOA*  
MÁRIO PIRES

*SÃO VICENTE O PADROEIRO DA CIDADE DE LISBOA*  
P.E. JÚLIO D'OLIVEIRA BOTURÃO

*O INDUSTRIAL GORJÃO HENRIQUES NOVO VEREADOR  
DA CÂMARA MUNICIPAL*

*ACONTECIMENTOS CIDADINOS*

*DUAS PROCISSÕES TRADICIONAIS EM LISBOA*  
COSTA GARCEZ

*O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES*  
FERREIRA DE ANDRADE

*ÍNDICE GERAL DA «REVISTA MUNICIPAL» — N.º 92 A 95  
— ANO DE 1962*

*HORS-TEXTE — LISBOA, VISTA DA RUA DE SÃO MIGUEL*





REVISTA MUNICIPAL

# REVISTA MUNICIPAL

ANEXO Nº 10 - 1954

REVISTA MUNICIPAL

REVISTA MUNICIPAL

REVISTA MUNICIPAL

REVISTA MUNICIPAL

REVISTA MUNICIPAL

REVISTA MUNICIPAL

REVISTA MUNICIPAL

REVISTA MUNICIPAL

REVISTA MUNICIPAL

REVISTA MUNICIPAL

REVISTA MUNICIPAL

REVISTA MUNICIPAL



OS ARTIGOS PUBLICADOS  
NA «REVISTA MUNICIPAL»  
SÃO DA RESPONSABILIDADE  
DOS SEUS AUTORES







*Os cumprimentos de Fim de Ano do pessoal camarário de todas as categorias ao*

## *General França Borges*

**M**ais de mil funcionários de todas as categorias da Câmara Municipal estiveram, no último dia do ano, nos Paços do Concelho, para apresentar cumprimentos ao Sr. General França Borges. Directores de serviços, chefes de repartição e de secção, pessoal assalariado e tarefeiro—pessoal superior e pessoal do mais modesto— numa expressiva manifestação de simpatia e aplauso ao responsável pela administração da cidade, encheram o salão nobre do edifício e a galeria do andar principal.

Em nome de todos, falou o Sr. Dr. Henrique Martins Gomes, director dos Serviços Centrais e Culturais. Disse ser particularmente grato a todos os servidores municipais poderem realfirmar os sentimentos de profunda admiração pelo presidente da Câmara. E acrescentou: «Como elementos de uma equipa de trabalho que participa, dia a dia, em maior ou mais modesto grau, na acção municipal, desdobrada nos variados sectores da sua administração, temos orgulho em servir com um chefe invulgar, que sabe mandar e fazer-se

obedecer, reflectida e serenamente, sem esquecer a personalidade e a dignidade dos seus subordinados, que dita a palavra adequada no momento preciso, com a firmeza de quem sabe o que quer, que não enjeita ou transfere responsabilidades, que sabe ouvir, ponderar e rectificar a ordem dada, se reconhece não ser oportuna ou conveniente».

O orador, seguidamente, enumerou a notável obra realizada e a que se encontra planeada sob a administração do Sr. General França Borges, a quem agradeceu o auxílio prestado à Caixa do Pessoal da C. M. L., e mencionou a colaboração dada ao presidente pelo Sr. Aníbal David, seu mais próximo colaborador.

Mais adiante, afirmou: «No balanço final do ano que hoje termina, poder-se-á afirmar-se que a escassez de unidades de trabalho, de que todos os serviços justificadamente se queixam, não prejudicou o ritmo dos empreendimentos, nem o entusiasmo posto na sua execução. Com esforço, melhor direi, com sacrifício, múltiplas tarefas foram desempenhadas, em verdadeira luta contra o tempo. Esta dedicação reflectiu o magnífico exemplo de V. Ex.<sup>a</sup> e o anseio íntimo que todos tínhamos de contribuir com uma colaboração prestante, não só eficiente e zelosa, mas devotada».

O director dos Serviços Centrais e Culturais terminou por fazer votos pelas felicidades pessoais do Sr. General França Borges e do vice-presidente Sr. Aníbal David.

Em resposta, o presidente do Município disse: «É hábito, no final de cada ano, fazer-se uma revisão do que foi a nossa vida municipal no período que finda, tanto do que se fez de bom, como do que se fez de mau, e, ao mesmo tempo, traçar-se um propósito de actuação relativo ao ano que vai começar.

«Não posso agora fazer, em pormenor, essa revisão mesmo muito breve, mas posso afirmar que a Câmara trabalhou a bem da cidade sob todos os aspectos da administração. Aliás, esse trabalho teve o condão de ser realizado com entusiasmo e, até, com sacrifício.

«A vida municipal aumenta tão progressivamente e houve exigências tão draconianas que, em face da organização de serviços actual, o que se conseguiu ficou a dever-se à inteligência, à dedicação, à aplicação e ao amor pela cidade do seu pessoal».

E, mais adiante, o ilustre orador continuou:

«Todos os servidores municipais tiveram de desenvolver um trabalho permanente, multiplicar as suas horas de actividade, dar o exemplo de que são honestos e desinteressados — um exemplo para o presente e para os que hão-de vir atrás de nós. Compreendo o vosso sacrifício em bem servir a Câmara e a cidade, razão porque me orgulho justamente de vós, quer daqueles que exercem funções de chefia, quer daqueles que exercem cargos mais modestos.

«Para todos, portanto — continuou — o agradecimento da cidade, o agradecimento da Nação, o agradecimento da Pátria, que deve estar sempre presente junto daqueles que a servem abnegadamente. É do conjunto do trabalho de todos que hão-de resultar melhores dias para o futuro, apesar das condições extraordinárias que no mundo se voltam contra a nossa pequena-grande Pátria, simplesmente porque ela é honesta, leal, cristã, porque dela depende uma civilização milenária, que não pode ser ultrapassada por qualquer outra forma de vida que se inculque portadora de uma civilização, que não é digna de tal nome».

Depois de dirigir, em seu nome e no do Sr. Aníbal David, agradecimentos a todos, o Sr. Presidente do Município aludiu à prestante acção da Caixa de Previdência do pessoal, que a presidência muito tem amparado, para que ela auxilie não só o funcionalismo, como os seus familiares, e ao esforço efectuado para dar casas de renda barata aos funcionários e serventúrios mais modestos, que delas necessitem. «Espero prosseguir nesta obra — afirmou. Mil casas que se construam — e é bem pouco para as necessidades — custam 40 000 contos. Antes fazer o que é possível do que nada fazer. É o problema n.º 1 da cidade».

Referiu-se, ainda, o Sr. General França Borges à reorganização de serviços, marcada para breve, e que irá resolver muitos e importantes problemas relativos ao pessoal camarário.

Após haver afirmado que «1963 será um Ano Bom e um ano próspero para a cidade, na medida em que bem a servirem todos os que nela ou para ela trabalham», o orador desejou a todos e a suas famílias um Ano Novo cheio de prosperidades.

As últimas palavras do Sr. General França Borges foram coroadas com grandes aplausos.





*O Terreiro do Paço e a encosta do Castelo de S. Jorge vistos do Tejo*

## **O TEJO — RIO INTERNACIONAL, RIO PORTUGUÊS E RIO DE LISBOA**

POR MARIO PIRES

O Tejo está vinculado à cidade de Lisboa. Assim justamente o proclama a alegoria dominante do salão nobre da Câmara Municipal.

Como todos os rios, o Tejo nasce modestamente. Num pequeno platô da serra de Albarracin, a mais de 1600 metros de altitude, exactamente na parte montanhosa que marca os limites das províncias de Guadalajara, Cuenca e Teruel, brotam três fios de água de outras tantas fontes próximas.

A do meio dá o nome ao conjunto — Fuente Garcia — e o arroio resultante da junção, verificada seis metros adiante, recebe oficialmente a designação da nascente. É o arroio de Fuente Garcia. A gente da montanha denomina-o «el Tajo».

Assim, com a simplicidade marcada por um tronco de árvore a servir de regueira, emerge o Tejo das entranhas da terra em alturas serranas assinaladas por multidão de montes.



Três facetas dominantes chancelam a presença do rio em terras lusitanas — a pitoresca, a económica e a universal.

A primeira é imediata, logo que o Tejo começa a deslizar em Portugal, por entre vales ubérrimos. Deixa de ser um curso de água triste e transforma-se em risonho, rodeado de arvoredo, correndo por entre panoramas sedutores.

E aparece transformado em instrumento mantenedor de múltiplas culturas. É riqueza para largo sector da agricultura, em crescendo de importância, consoante mais largo e mais caudaloso se torna—aqui irrigando campinas extensas, ali deixando dividir as águas por vales, para que estas possam levar benefícios, mais para lá encharcando solos baixos de arrozais. O Tejo entra no complexo da economia nacional ainda como meio adequado de transporte, no correr de quase cem quilómetros. Desdobra-se em benesses: a pesca, a fabricação do sal, a dezenas de quilómetros da foz, onde chegam, no vaivém das marés, as águas do mar; a energia eléctrica alcançada a fio de água em Belver. Fonte de progresso, torna-se cada vez mais pujante, consoante se aproxima do estuário.

Uma característica fundamental do Tejo, como índice que nos permitimos classificar de convergente, nos aspectos mencionados, por resultar do pitoresco, do económico e da própria projecção universal, com incidência especialíssima na segunda premissa, consiste nas variadas condições oferecidas pelo rio no campo turístico. É um cartaz gritante e sugestivo, conhecido no mundo, ou com a força duma verdade, ou com a sedução duma promessa, ou, ainda, com o poder aliciante dum convite. Não mente, não engana, não ilude. Citações seriam sem conta, como sem conta são as graças do Tejo. Teríamos de as trazer desde longe—desde a fronteira com a vizinha Espanha. Basta dizer que, antes das Portas de Ródão, o rio, até pouco antes um curso de água como qualquer outro, passa a ter senhoria, e porte, e donaire, encorpado por afluentes de caudais volumosos, ora borbulhando e rumorejando entre montes, ora espriando-se, descuidado e feliz, pelas terras baixas.

Portas de Ródão, Abrantes, Constância, Barquinha e Tramagal são apontamentos de curso do Tejo, cheios de pitoresco e de alacridade. Parecem sorrisos feitos de luz. O branco do casario, aqui e acolá, forma uma esteira realçada por meandros coleantes. A altaneria do Castelo de Almourol é um primeiro pergaminho de qualidade concedido ao Tejo.

Mesmo no Inverno, o Tejo apresenta a beleza proveniente dos elementos, com imagens fotográficas de composição feliz, seja pela cor, seja pelo movimento, seja ainda pelo tipismo. Chamemos-lhe a beleza da estação invernos, conjugada com a dos panoramas «sui generis» do rio. Pode o Tejo parecer arreganhado, mal disposto, por mor do reforço das águas do Atlântico. Mesmo assim, não perde o jeito de compostura — vamos lá! — de rio com maioridade e bem educado. Barrento, quase sujo pelo arrasto de terras, pouco gosta de assim aparecer. Dois, três dias — e logo surge lavado, pendente para o verde ou para o azul.

Logo que chega a Primavera, em festival de luz, o Tejo é todo ele uma esteira de graça. Reflecte alacridades e o vivo policromado das plantas e árvores floridas. Debruçada sobre o Tejo, Vila Franca, no coração da campina ribatejana, transmite, na estação das suavidades temperadas, a ideia pitoresca das vastidões. É o centro, ou assim parece, de que partem pelas lonjuras as lezírias, onde há vinhas, e trigo, e arroz — e gado bravo e gado manso.

A lezíria representa um motivo permanente de riqueza e trabalho — adorno inconfundível do Tejo. É margem extensa. É terreno plano, a partir do rio, por quilómetros e quilómetros. É ilha, quando situada entre os braços em que o Tejo se desdobra, para formar verdadeiros entrelaçados de canais, antes de chegar ao largo estuário.

Realmente, o Ribatejo é a região característica onde o curso de água se demora, talvez enamorado e por certo remançoso, em caudal esparramado pelos campos baixos. O rio adquire totalmente a nacionalidade portuguesa. Gosta dos toiros e gosta do fandango. É admira o campino, figura inconfundível da região — o homem da lezíria, dominador dos toiros e bailador do fandango.

O Tejo alcança a maioridade, esquecido da modéstia de Albarracín. É gente, crescido, opulento, magnificente.

Com sol ou sem sol, nas meias tintas outonais, no sombreado do Inverno, em qualquer ocasião, o rio integra-se na fisionomia de Lisboa, dá feição à cidade, identifica-se com a urbe cuja fundação a lenda atribui a Ulisses.

Temos o binário perfeito formado por Lisboa e pelo Tejo. O rio pertence à cidade, dia após dia, minuto após minuto, isto desde tempos infínitos — e assim há-de prosseguir, enquanto existir Lisboa e enquanto o Tejo correr para o mar. Se alguém procurar definir a felicidade, que olhe para o rio e olhe para a capital portuguesa — e não queira saber de qualquer exemplificação baseada em sentimentos humanos. Melhor não encontrará do que a panorâmica magnífica, dominante — possivelmente única.

O rio olha para Lisboa. Torna a mirá-la, para rever Alfama na meia encosta do Castelo, com a Sé amiga e conhecida de séculos. Admira conjuntos harmoniosos e de muita formosura. A olhadela torna-se mais insistente no Terreiro do Paço, e o Tejo, de cativado, aproxima-se, chega-se de perto, beija o Cais das Colunas, para não perder um só pormenor da «Sala de Visitas» da sua namorada Lisboa. Os Jerónimos, a Torre de Belém e o monumento a Cristo-Rei são três jóias de Lisboa — são três jóias do Tejo.

Se o rio houvesse de ter vaidades, gostaria que falassem dos bacalhoeiros — lugres e arrastões — a Lisboa chegados antes da partida em demanda dos mares frios da Terra Nova e da Groenlândia, para reabastecimento e reparações. Mas, por certo, e sempre, mais gostaria ainda de que toda a gente admirasse as fragatas de linhas fenícias, que têm tanto de lindas, como de genuinamente lisboetas. Encanta vê-las singrar a todo o pano.

Na cidade, a presença do Tejo é flagrante. Está nos miradouros, pelo alto das sete colinas em que Lisboa se espraia, na parte baixa, nas encostas. Há sempre uma vela à vista, a silhueta dum navio a entrar ou a sair. Há sempre o recorte de qualquer parte do estuário. Há sempre a visão do casario das vilas operosas da margem oposta. Em Almada, frente à cidade, fica o monumento a Cristo-Rei — a figura do Redentor a abençoar a capital.

O turista, para bem apreciar a cidade, tem de contar com o rio, para lhe admirar as belezas, tanto as que lhe servem de ornamento, como as

próprias. Percorrer o Tejo, em passeio até à barra, ou rio acima, equivale a um prazer que ficará, para todo o sempre, como recordação de horas de felicidade. Até as gaivotas, a esvoaçar aos bandos pelo correr da margem, estão apostadas em ocupar lugar figurativo na decoração natural do majestoso curso de água. Espreitar o Tejo em noite amena de Verão, como por exemplo do miradouro admirável do Castelo de S. Jorge, proporciona novos momentos de encanto, a vista alcançando os pontilhados luminosos dos bairros chegados às margens e das povoações ribeirinhas escalonadas na distância. É um caleidoscópio de luzes e lumes, a tremeluzir aqui e além. E vogam as embarcações nas águas mansas, as pequenas e as maiores, integradas na decoração surpreendente.

As fragatas anda-para-aqui, anda-para-acolá, Tejo acima e Tejo abaixo, conduzem para Lisboa produtos preciosos. Trazem o sal e trazem melões, tão apreciados pela população da cidade nos meses da canícula. E areia, e toros de pinheiro, e carvão vegetal.

Amontoam-se nos cais os produtos que hão-de seguir para longes terras nos bojos dos cargueiros. É permanente, de manhã à noite, o martelar nos estaleiros navais, os ruídos característicos dos guindastes, o afã dos marítimos e dos operários.

O alarido dos que oferecem e compram peixe nas lotas, para os lados de Santos e do Cais do Sodré, enche as madrugadas e as manhãs. Eis outro quadro de sabor lisboeta.

Para os lados da Barra, Costa do Sol à vista, mas ainda Tejo, vogam os barcos de recreio, velas brancas içadas. E os campistas procuram lugar à beira-rio, onde sintam menos a canícula.

Nas praias, onde o rio é mar e o mar é rio, por confundidas as águas, as barracas lembram cogumelos em terreno fértil. Há toldos em correnteza, para as pessoas trocarem as vestimentas por fatos de banho.

★

O Tejo, desde há séculos, pelo talento criador do Infante, trocou a designação de internacional pela de universal — na verdade, a que melhor lhe quadra. Fez a troca, por ter partilhado da história



incomparavelmente gloriosa dos Descobrimentos — tão gloriosa que até parece mais lenda do que história.

O Padrão dos Descobrimentos, à beira rio, assinala à posteridade a obra ímpar dos navegadores portugueses construtores da Idade Moderna. D. Henrique figura no lugar cimeiro do friso duplo dedicado aos que desbravaram oceanos, ou partilharam da obra insana: mareantes, sábios cartógrafos, capitães, missionários e gente humilde. A rosa-dos-ventos, no terreiro frente ao padrão e

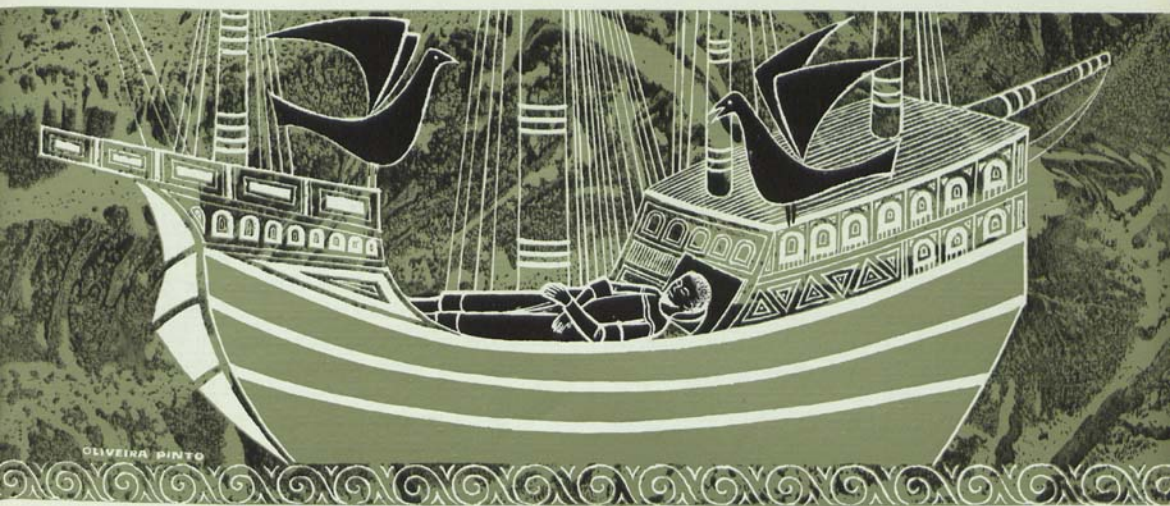
nele integrado, simboliza a ciência náutica criada pelos Portugueses que levou as naus a todos os continentes.

Se não revivesse de instante a instante, pelo milagre de caudal permanente, se a junção das águas doces com as salgadas do Atlântico fosse um fim inevitável, se na história dos rios houvesse princípio e remate, se tudo isto representasse morte — mesmo assim, o Tejo haveria de desaparecer cantando, por ter ao pé de si, no momento derradeiro, a sua formosa Lisboa, como outra não há.

*Miradouro de Santa Luzia*







# SÃO VICENTE

O PADROEIRO DA CIDADE DE LISBOA

POR P. JÚLIO D'OLIVEIRA BOTURÃO

## I PARTE

### SÃO VICENTE EM ESPANHA

I) — *Uma juventude esperançosa:*

Seja-nos lícito declarar, logo de início do nosso modesto trabalho, que o mesmo bem poderia ser encimado por tema muito genérico, como «GLORIOSAS TRADIÇÕES PENINSULARES», se não se desse a feliz circunstância de nele ser visada uma pessoa invulgar no seu e no nosso tempo, pessoa inconfundível «SÃO VICENTE, padroeiro da cidade de Lisboa».

E, nota interessante, é um lisboeta que vai contar aos outros lisboetas, assim como às pessoas a quem o assunto, pela sua transcendência moral, possa merecer interesse (quem sabe se aos valencianos?), tudo quanto sabe sobre o padroeiro espiritual da

inclita cidade. Mas... não vem como Padre-Mestre, senão como de si disse Juan Sidera em amável carta que me dirigiu, a propósito duns apontamentos sobre Valência: «Que tiene solo el valor de un aficionado en la historia que ha procurado enterarse y quer divulgar-lo.» Para Sidera esta frase tem só um sentido, a humildade. Em mim ela terá um outro sentido, a realidade. Que os meus conterrâneos absolvam a minha audácia...

Concordemos que é difícil escrever sobre SÃO VICENTE que não é um ser lendário, como se poderia supor, de tal maneira a sua memória está, a par da História, nimbada das mais douradas lendas, mas pessoa que viveu a poucos séculos da morte de Cristo, pessoa que como qualquer de nós calcorreou pelos caminhos ásperos da Península e tanto mais ásperos quanto mais próximos da dominação romana. Uma realidade palpável...

A dificuldade parte da circunstância de os mais valiosos dados históricos terem mergulhado e talvez para sempre na treva, de tal modo que hoje só podemos voejar em torno do que dele consta nas «Actas dos Mártires» e no célebre «Peristephanon», de Aurélio Prudêncio, tendo sido baseado nas primeiras e no segundo tudo quanto se tem escrito sobre o nobre Padroeiro da nossa cidade. Por sua vez a «Missa mozarabe», a que adiante faremos referência, também tem cedido através dos tempos, preciosos elementos. Mas se esta circunstância não nos favorece, manda a verdade que se escreva que é absolutamente impossível compreender a vida do corajoso Mártir, em todo o seu esplendor, se pusermos de lado a figura do notável Bispo da velha Caesaraugusta, VALÉRIO.

Hoje em dia há uma certa tendência para uma falsa autonomia religiosa; para alguns, o bispo deixou de ser o fulcro da vida espiritual, deixou mesmo de ser aquele de quem o Mestre pôde dizer: «Quem vos ouve, a mim ouve»...

Não pode constituir isto uma revelação como não é revelação a manifestação do estado caótico em que se encontra um ou outro sector da actividade religiosa que, a bem dos crentes se pode considerar sempre sector isolado e sempre na oposição; é que é impossível formar uma nova Igreja dentro da Igreja de Cristo; («aquele que não colhe comigo, espalha e mistura»), e, como é impossível, ninguém espere os louros da vitória, tendo perdido de vista as insígnias episcopais, símbolos respeitáveis da elevação de espírito e da fortaleza de ânimo. De resto, púnhamos diante de nós o caso de Lutero, Henrique VIII e outros que se arvoraram em orientadores da obra imortal dum Cristo, dum Salvador e que, sem darem por tal, cortaram as mais esperançosas vergôntes donde surgiriam viridente folhagem e abundantes frutos para a sociedade cristã.

Notemos desde já que VICENTE, foi forte, porque forte foi o seu mestre; VICENTE, venceu, porque a ascese de VALÉRIO transbordou para o seu espírito; VICENTE, amou a Deus até dar todo o seu sangue, porque VALÉRIO todo se consumia nesse amor. É que VICENTE adoptara para a sua vida um princípio seguro que, decorridos séculos havia de, pela pena ilustre de Paulo Claudel, ser esti-

lizado em letra de forma, a grande base de que «a juventude não foi feita para o prazer... mas para o heroísmo». Sangue novo bem condiz com alma forte e vida nova; é que quem diz sangue novo, diz frescura, diz alegria, diz saúde, diz amor, amor às criaturas, amor a Deus e amor à Pátria.

Nascido talvez em Osca (Huesca), bafejado por esse ar límpido dos Pirinéus, que se desenhavam caprichosos num horizonte que não ficava longínquo, VICENTE, sentiu-se embalado por pais verdadeiramente cristãos, como eram Eutiquio e Enola. Que os saragoçanos não leiam estas linhas é o que muito desejo, pois segundo consta, nascido em Osca, foi, apenas, educado em Saragoça. Mal sabia a província de Aragão, que, no momento em que esse inocente abria os olhos à luz do mundo, oito séculos antes da fundação da monarquia portuguesa, ela ficaria dignificada para sempre, como pátria daquele que mais tarde seria padroeiro da encantadora cidade de Lisboa; e, chamo-lhe encantadora, não por ser seu filho, mas porque ela o é de facto; encantadora, no seu clima; encantadora, no seu panorama; encantadora, nos seus templos; encantadora na sua Fé, Fé que inundou os palácios dos reis como os tugúrios dos pobres, Fé que embarcou nas naus, nas caravelas de Portugal e que foi iluminar regiões e povos longínquos; no final, essa Fé que na sua expansão mundial, nunca se consumia, não era mais do que aquela Fé que Cristo exaltara ao percorrer os caminhos da Judeia e da Galileia e que, decorridos séculos, seria vertida no sangue dos filhos de Portugal.

Dizem os velhos livros que esse VICENTE, que dignificou a província de Tarragona (actual Aragão) era filho de pais ilustres e neto de um ilustre varão consular, *Agressus*; é possível que assim fosse, mas o que para mim é afirmação incontroversa é que VICENTE era um jovem ardoroso e era um santo inconfundível, tivesse ele nascido em Huesca ou em Saragoça.

O futuro mártir, na ânsia de fazer a verdadeira vida, sorvia com entusiasmo as lições de piedade, religião e letras humanas que o santo Bispo lhe proporcionava, e, de tal maneira progrediu, que cedo foi promovido à Sagrada Ordem de Diácono, veemente aspiração da sua alma. Mais ainda, bem



novo foi eleito arqui-diácono e pregador da diocese, visto que o Bispo não tinha facilidade de falar. Acho interessante esta nota que revela alta união espiritual entre o jovem diácono VICENTE e o velho Bispo VALÉRIO que o consagrou ao Senhor, e, ao considerar nela, recorro a engalanada e linda frase de Scheuer: «*Nos olhos da juventude, há sempre uma chama; nos do velho uma luz*». É à volta desta chama do jovem e da luz do velho que vai tecida esta narração que diríamos romanesca, própria mesmo dos tempos medievais, se Valência não nos atestasse com dados positivos a passagem do Mártir no campo da honra e da glória, nos recuados tempos da dominação romana.

*Ordenação de São Vicente por São Valério  
(Museu de Barcelona)*



## II — *A época em que viveu:*

Naqueles dias, em que VICENTE vestira as suas galas de Diácono, que para ele seriam feliz preságio de martírio, a Igreja assemelhava-se àquelas aras onde na deícida Jerusalém, se queimavam as vítimas oferecidas a Jeová; nesses holocaustos, tudo era repassado pelo fogo.

Naqueles dias, quem se enroupava com as vestes diaconais, não podia ser cobarde; ser diácono, era ser vítima; ser diácono, era morrer por Cristo, e, VICENTE queria morrer por Cristo; ele mesmo o disse quando o principiaram a martirizar: «*Hoc est quod semper optavi*» (eis o que sempre desejei ardentemente — III nocturno do Ofício de 22 de Janeiro).

Peninsular, cem por cento, VICENTE não recuava perante os perigos; ele pregava, baptizava, entusiasmava...

Fora o seu Bispo assistir ao primeiro Concílio que se reunira na Espanha, ao célebre CONCÍLIO DE ELVIRA, reunião que, por si mesma, dava sinal da alta espiritualidade da Península (entre os anos 300 a 303). Teria SÃO VICENTE acompanhado Valério nessa jornada? Não é inverosímil a hipótese, pois além dos 19 Bispos (entre os quais três portugueses) e 24 presbíteros, assistiram muitos diáconos, os quais se conservavam de pé, durante as sessões do Concílio.

Tendo ou não ido ao Concílio que se reunira próximo de Granada, SÃO VICENTE por certo que, no seu íntimo, sentiu bem o influxo da alta espiritualidade que transpirava dessa reunião, dessa grandiosa afirmação de Fé, que, no final, não era mais do que os pródromos de um grande combate. O Céu, avisava...

Públio Daciano acabava de chegar à Espanha; vinha não só com foros de Prefeito de Roma mas também com alma de tragar todos os cristãos.

Nesse tempo, os imperadores Diocleciano e Maximiano, moviam uma guerra de morte à nossa Religião, os quais, para concretizarem melhor o seu ódio a Cristo, apresentaram a Península com esse «homem de sua confiança», o qual viria resolver todas as dúvidas que se poderiam levantar sobre a força e as intenções dos decretos imperiais, no que dizia respeito ao culto.

Daciano era de facto o homem «especializado» para essa missão; sanguinário por temperamento, obcecado pelas grandezas a que aspirava, perverso



na sua conduta egoísta, o «herói», para cevar a sua ferocidade, não distinguia idade, sexo ou condição, tornando-se por isso e em breve notável pela sua crueldade bem como pelo seu «dinamismo talvez um pouco satânico» pois quando percorreu a Península em todos os sentidos deixou sempre um rasto de sangue na sua passagem. Iniciou essa correria de morte, martirizando Santa Eulália, em 303, seguindo-se logo o martírio de Félix, Narciso, Sero e Engrácia, em Valência, tendo também sucumbido nessa perseguição: Lúlia, Máxima e Veríssima, em Lisboa; Fortunato, Eusébio e Martinho, em Évora; Vítor, Silvestre e Torcato, em Braga.

Refere-se que, estando uma vez em Évora, mandou levar muitos cristãos para um sítio que fica a duas léguas da cidade — Ourega — e ali os mandou degolar, mandando-os sepultar numa gruta que ficou conhecida pelo nome de Cova dos Mártires.

Ponhamos termo a esta página de sangue, e, para abreviar, recordemos que SÃO VICENTE viveu nestes tempos calamitosos; recordemos igualmente, que ele não era apenas diácono, mas ocupava também um lugar destaque, pois, como hoje diríamos, era secretário e ajudante de Valério, bispo de Cæsaraugusta (Saragoça), situada a 17 léguas (1) de Huesca, terra da naturalidade (?) de VICENTE, terra que não mais voltaria a possuir seu querido filho.

### III — A prisão:

Assim como os lobos famintos descem ao povoado em busca de presa, assim Daciano veio à próspera Cæsaraugusta (Saragoça), situada nas margens do histórico rio Ebro que, como sabemos, tem sua origem nos Montes Cantábricos.

Cæsaraugusta era um grande empório comercial e industrial; Cæsaraugusta estava precisamente na encruzilhada das movimentadas estradas romanas que se repartiam pela Península; Cæsaraugusta, escondida entre as cordilheiras, despertando a nostalgia do «Mare nostrum», do Mediterrâneo, era, no final, terra acolhedora e por isso de alta importância para Roma. Daciano não podia deixar de a visitar, tanto mais que, dizia-lhe o

faro, a presa seria substancial, e por isso o malévolo Prefeito de Roma, não demorou a sua ida até lá, onde teria ocasião de conhecer pessoalmente o 6.º signatário do Concílio de Elvira, Valério, e o seu diácono, VICENTE.

Depois do que acabamos de expor, ninguém se irá admirar de nós acrescentarmos que, presos muitos sacerdotes, alguns diáconos e não poucos fiéis, também o Bispo e o seu ajudante perderam a liberdade, e, que a sua prisão não só foi mantida, como seguida da ordem de marcha para a encantadora Valência, que ficava muito distante (2).

Carregados de cadeias e sujeitos a maus tratos durante essa jornada, é de calcular como chegaram a Valência.

Teria a viagem sido feita por mar? Se o foi, SÃO VICENTE desceu o rio Ebro, entrou no golfo de Valência, donde seguiu até Valência, nas proximidades do mesmo golfo. Mas, se foi feita por terra, podemos assegurar que então a jornada teria sido muito mais penosa, pois tiveram de atravessar os Montes Ibéricos, que separam a província de Aragão da província de Valência.

A tradição valenciana inclina-se para esta segunda hipótese e é algo interessante levá-la em conta, pois vai marcando com boa acentuação os passos da dura jornada, assim: Carinena considera miraculoso um poço onde brotou água em abundância em virtude de fervorosa oração de S. Valério; Sarrion, recorda a passagem dos insignes presos; Segorbe, tem sua capela lembrando em tudo um cárcere e na qual há uma argola que segundo se diz é digna de toda a veneração pois a ela estiveram presos Valério e Vicente que traziam algemas nos pés e no pescoço; Morella também tem essa passagem nas suas velhas tradições e até em Valência ainda existe, na Calle de Sagunto, uma coluna embutida na parede e cercada de um retábulo de azulejos onde, na parte superior, se vê a imagem de S. Vicente, por baixo da qual se encontram escritas estas décimas:

Padron de imortal memória  
serás, oh pilar sagrado  
donde Vicente fué atado  
por dar a esta calle gloria.

(1) Aproximadamente como de Lisboa a Santarém.

(2) Quase como de Lisboa ao Porto.

Tradicion es ben notória  
que en esta casa o méson  
hio uma noche masion  
de Daciano en el inclemencia  
Viendo preso a Valencia  
desde el reino de Aragón.

Era o célebre «HOSTAL» ao qual estiveram presos Valério e Vicente.

Em abono desta tradição há probabilidade de passar naquele ponto a estrada romana de Sagunto a Tarragona.

Como quer que fosse, à chegada a Valência não os esperava uma sorte mais benigna, pois foram encerrados num cárcere imundo e escuro, não falando da fome que os atormentava.

Ora, o facto de se entrar em cárceres do «Tribunal Romano» era motivo para tirar o sono ao ser humano mais calmo, era caso muito para ponderar e os povos subjogados pelos romanos bem o sabiam.

Recordemos, em resumo, o que deles escreveram Tito Livio e Suetónio: «Em geral, esses cárceres tinham sua *Carnificina* (palavra dum sentido muito diverso do empregado no dia de hoje) ou seja um lugar onde os incriminados eram sujeitos às maiores torturas e não raras vezes era o lugar da sua própria morte. Por essa circunstância a «carnificina» era a parte da prisão que ficava por baixo de todas as outras e onde o preso era descido, por uma corda, através um buraco aberto na abóbada; não havia pois nem janela, nem porta por onde viesse a soar um dolorido ai; só a célebre «carnificina de Roma tinha uma porta secreta que dava para o Tibre a fim de os corpos dos que sucumbiam às torturas serem arrastados por estreito corredor para serem lançados durante a noite ao rio; foi nessa «carnificina» que sucumbiram todos os amigos e cúmplices de Catalina. É de calcular o exército de verdugos dispersos pelo Império, os quais eram recrutados entre os mais desvairados sádicos, sempre sedentos de voluptuosas crueldades. A vítima, nas suas mãos, era menos do que qualquer farrapo conspurcado de imundícias...».

Os valencianos conservam uma dessas prisões, mais tarde transformada em Capela, a qual está próximo da Basílica de Santa Maria e na qual se diz que estiveram o Bispo Valério e o Diácono Vicente.

Há uma outra chamada «Carcel del Horno», onde devia ter existido uma «carnificina» e como tal, casa abaixo do nível das construções, toda em abóbada, para onde, segundo a tradição e o Breviário Valenciano de 1583, foi levado o diácono Vicente depois de ter sido separado do Bispo Valério e por onde «repousava» no intervalo dos suplícios.

Calculando que estavam muito abatidos e que por isso com facilidade acederiam às suas propostas, Daciano, o magistrado da velha Roma, mandou que ambos fossem conduzidos à sua presença.

Voltemos, ainda que em espírito, às relíquias locais da formosa Valência, vamos até aos cárceres e vejamos os guardas imperiais preparando-se para levar para a rua, talvez carregados de cadeias, o Bispo e o Arquidiácono. A sua chegada ali datava de pouco tempo, mas certamente que se espalhou a notícia pela população pois a curiosidade nunca conheceu limites; de resto, tratava-se dum Bispo que pelo seu saber e virtude era digno de toda a consideração, tratava-se também dum neto de ilustre varão consular. Espalhará-se a notícia de que ia haver uma audiência e então era natural um certo bruaá naquela hora.

Súbito abrem-se as portas do cárcere e, no meio da escolta, vêm os dois atletas de Cristo. Caminham de frente erguidos para o Tribunal romano onde se instalara Daciano. Vão firmes como todos os mártires. Sobem a escadaria achando-se dentro em breves momentos frente a frente com o poder infernal da idolatria romana.

O combate é breve.

Daciano, com boas palavras, convida-os a renegar a fé cristã e a prestar culto aos deuses do Império, sugerindo mesmo que o motivo da prisão «era, em certo modo, de pouca importância», caso de fácil resolução; de resto, Valério precisava de descanso e Vicente, filho de uma família ilustre, teria diante de si um largo futuro. Era preciso, pois, adorar os deuses e renegar a Cristo!

A estas palavras, Vicente, voltando-se reverente para o seu Bispo, pede licença para falar.

Dirigindo-se ao magistrado, declara:—Acabas de nos convidar a renegar a nossa Fé; para a consciência cristã é um crime renegar o culto ao único Deus verdadeiro. Todos os teus esforços serão vãos, pois confessamos claramente a nossa Fé no único Deus de quem somos filhos e servidores.



Em Seu nome despreso as tuas ameaças e todos os mártírios sofreremos por Ele até à morte, pois pela morte chegaremos à vida imortal!  
E, voltando-se para o Bispo: — Não temas este homem e implora o poder de Deus para que a sua soberba seja humilhada.

Ao ouvir estas palavras Daciano ficou irado em extremo dando a audiência por terminada. Valério seria desterrado e Vicente imediatamente remetido ao cárcere, o que equivalia a ser condenado à morte, pois não recuaria um passo na sua firme atitude.

*São Vicente mártir e São Valério comparecem ante Públio Daciano, na cidade de Valência*



#### IV — No caminho do suplício:

Enquanto tudo se preparava para a partida de VALÉRIO para o exílio de Enate (?), VICENTE era remetido ao cárcere donde devia baixar à masmorra dos suplícios.

Sustenta-se em Valência que os maiores tormentos que lhe foram infligidos foi no local da «Plaza da Figuereta» em frente da porta da antiga igreja de Santa Tecla (objecto de destruições através dos tempos) dizendo-se que o do fogo teve lugar em qualquer ponto subterrâneo da «Plaza de Almoína».

E que suplícios eram esses?

- 1.º — A flagelação, estando o mártir preso a uma coluna que existia ou ainda existe no pátio da acanhada casa dos suplícios.
- 2.º — O «eculeo», em aspa, (X) às extremidades do qual eram atados os pés e as mãos da vítima que se conservava estendida sobre a aspa, produzindo um sofrimento horrível, pois pelo seu movimento de abrir desconjuntava os ossos das pernas e pelo de fechar, os dos braços. Este martírio na pessoa de São Vicente foi acompanhado do rasgar das carnes com ancinhos de ferro.
- 3.º — O fogo, tormento que consistia em deitar e amarrar o supliciado a uma grelha de ferro colocando a dita grelha em cima do fogo. Este tormento foi agravado no martírio de São Vicente

(?) A uma légua de distância de Barbastro — Pirinéus.



pelo facto dos verdugos lançarem sal para as brasas, a fim de que com o crepitar o sofrimento se tornasse horrível.

Santo Agostinho afirmou «que neste estado ele só podia viver por milagre». Os próprios verdugos abrandaram a dureza do seu coração, dando já sinais de que acreditavam no Deus que VICENTE adorava, pelo que foram açoutados à ordem de Daciano.

Tal clamor se levantou que Daciano, para abafar os sentimentos dos que já falavam, ordenou que o Santo Mártir fosse posto numa prisão escura, onde o esterderam sobre fragmentos de ferro, barro e conchas partidas.

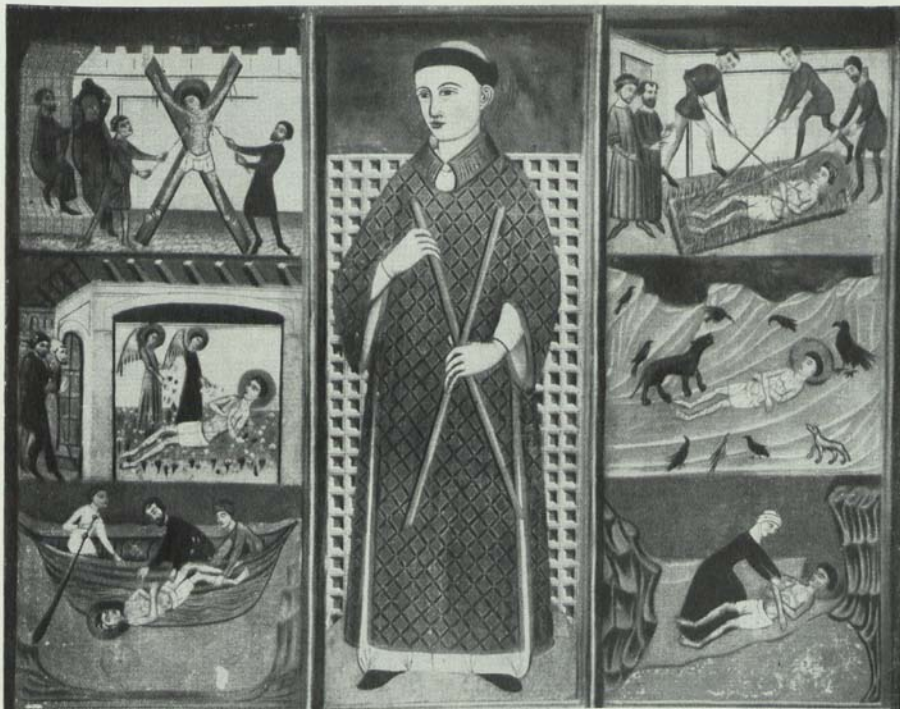
Com aquele ânimo forte que sempre o dominara, VICENTE podia agora dizer: «Eis o que sempre desejei ardentemente...».

Como vemos, VICENTE não era desses homens de espírito fraco que receiam uma censura; ele não receou os tormentos, a morte, quanto mais umas palavras banais sempre filhas da insensatez ou de uma falsa prudência.

Espírito puro, tinha um só sentir, uma só palavra; foi homem recto que se soube impor à admiração dos próprios inimigos.

Estavam realizadas as palavras do Livro da Sabedoria: «O SENHOR empenhou-o num duro combate para que saísse vencedor».

*Martírios e milagres de São Vicente Diácono  
(Segunda metade do Século XIV — Da Igreja de São Vicente de Estimariv)*



A tempestade sempre se sucedeu a bonança, e à perseguição injusta a glorificação do perseguido.

Estava assim prostrado no cárcere, quando uma luz celestial veio iluminar a hedionda prisão. VICENTE, ao receber essa luz vinda do Céu, ficou completamente curado, e o milagre causou tal espanto que os guardas da prisão se converteram a Jesus Cristo.

Sabendo Daciano do que se passava, ordenou que o tirassem do cárcere, onde já acorria muita gente. VICENTE não gozou desta liberdade que o cruel Daciano lhe queria oferecer porque outra liberdade lhe deu o Senhor do Céu e da terra.

O que se passara na prisão não era mais do que o prenúncio do que se ia passar na imortalidade.

No ano de 304, VICENTE foi receber de Deus o prémio da sua coragem, depois de haver recebido na terra a extraordinária consolação de morrer cercado pelos cristãos.

Ao saber que SÃO VICENTE morrera no cárcere, antes da liberdade que lhe queria dar, Daciano, entrou em desespero. Despedaçado talvez pelo remorso, mandou que o corpo do Mártir fosse retirado para um lugar pantanoso, para um vasto paúl (muladar).

Esse lugar era extra muros da antiga colónia romana «Valentia Edetanorum», mais tarde conhecido por «Roquetta» (fortificação).

Nesse lugar insalubre onde o seu corpo deveria ser devorado pelas aves de rapina, um corvo o defendia. Cá de longe, todos admiravam a coragem da pobre ave que defendia o cadáver do Santo. O prodígio do Céu era evidente.

Refere Duarte Nunes de Leão na «Descrição do reino de Portugal» (III) que o corvo até o defendeu de um lobo, que afugentou com a batida das asas (!).

Daciano, louco de desespero, vendo talvez diante de si o espectro desse morto, mandou que o tirassem de lá, que o metessem num navio e o fossem deitar ao mar alto; para tal encarregara da lúgubre tarefa, o soldado Eumorfio. Diz-se na mesma obra de Duarte Leão que: «o santo fora lançado ao mar com uma pesada mó ao pescoço, mas ainda os marinheiros não tinham tocado em terra e já o corpo estava a seco, sobre a praia.

(!) Archeologo Português — xxv 147.

Ainda desta vez ficou confundida a soberba de Daciano. Numa das praias do Sucrenensis Sinus (actual golfo de Valença), apareceu um cadáver que com facilidade foi identificado, era o cadáver de VICENTE.

Diz-se também que o Santo apareceu a um homem indicando-lhe o local onde estava o seu corpo, mas este duvidou, e então apareceu a uma santa mulher — Jónica — a qual indo ao local indicado, em breve reconheceu o cadáver do Santo (SÃO VICENTE LEVITA E MÁRTIR).

Os fiéis o recolheram no meio do maior segredo, dando-lhe sepultura fora da cidade de Valência, onde hoje se levanta um sumptuoso templo — São Vicente da la Roquetta.

Parece fora de dúvida que as suas relíquias ficaram debaixo do altar da Igreja de São Vicente de la Roquetta e talvez por esse motivo se vê, em várias gravuras do Santo, um templo em local afastado e deserto.

E agora é ocasião de perguntar:—Aquele corpo que foi sem vida do cárcere para o paúl e do paúl para o mar, mas que o mar devolveu à terra, tinha terminado a sua peregrinação?

— Não, nós o vamos ver.

## VI — *Valência:*

Eis a bela cidade de Espanha, onde SÃO VICENTE exaleu o seu último suspiro, (22 de Janeiro de 304), e onde foi depositado e venerado durante pouco mais de quatro séculos. E depois disso? A incerteza paira entre os escritores que se têm apaixonado pelo caso, como adiante vamos por-memorizar.

Bendita sejam, Valência, glória não apenas da Espanha, mas de Portugal, desse Portugal cristão que ainda hoje — 1963 — venera algumas relíquias do teu querido mártir, que há mais dum milénio deixaram essa região quase edénica, onde, na primavera, os grandes laranjais levantam ao céu as suas flores, símbolo da virgindade e, no outono, se cobrem ainda de frutos dourados, não obstante as chuvas diluvianas que por lá caíram em 1957. Deixai-me recordar a sua história, entremeadada de lágrimas e de glórias.

Florescente colónia grega, passou a seu tempo para o domínio cartaginês. Um dia, porém, o sol da felicidade que iluminara Cartago teve o seu ocaso, e Valência viu com tristeza entrar nela os





*Morte de São Vicente Mártir*  
—Fresco de Matarana

soldados romanos, esses soldados ambiciosos que um dia, a uma ordem de Pompeu, estiveram para a reduzir ao nada, esses soldados nefastos que a haviam de escolher para, adentro dos seus muros, perpetrarem um dos maiores crimes da Península, a morte do diácono VICENTE, verdadeiro valor intelectual e moral.

É certo que Augusto, ao reconstruí-la, a fez prosperar, mas tenho para mim que nem o fez por amor à Península, nem por tática de pacificação: convilha-lhe Valência, sulco por onde desciam até ao Mediterrâneo as mercadorias da fértil região, bem como os minerais, vinhos e sedas, que mereciam tanto apreço. O porto que então estava a 4 quilómetros e a servia (mais tarde Vila Nueva-del-Grao), não podia ser indiferente a Roma...

Mas o poder de Roma diluiu-se na confusão das doutrinas sociais e no marulhar das paixões, diluiu-se também na moleza dos costumes e dos vícios, e, um dia (413) os valencianos viram desfilar as primeiras cavalgadas dos bárbaros (visigodos), que, sendo mais fortes eram mais humanos, os quais ao cabo de 300 anos cediam a sua hegemonia aos árabes fanáticos e ambiciosos (714) que chegaram a fazer de Valência, centro de um reino independente. Foi durante este domínio que os valorosos filhos de Valência, perdendo tudo, salvaram, segundo se crê, as relíquias do seu querido SÃO VICENTE. Bem hajam...

Quantas lágrimas não foram vertidas durante esses infundáveis quinhentos anos da ocupação árabe?

Valência mártir e a terra do Mártir, viu finalmente que nos dias belos de 1238 (ou 1241) era desfraldada sobre ela a bandeira da libertação.

*São Vicente Mártir que se venerava no Convento de Santa Tecla de Valência*







*Valência — Torre de Serranos (portal)*

*Valência — Praça do Caudilho e Rua de São Vicente*







O Santo Cálix da Ceia do Senhor

Uma nova aurora raiou. Valência passava agora a viver na liberdade dos povos que souberam sofrer as duas dominações mais trágicas para o Cristianismo, a de Roma e a dos árabes. O poder de Aragão libertara-a...

Valência é graciosamente atravessada pelo velho Thuris Flumen, rio Turia, que alguns apontam como rio Guadalaviar, esse rio por onde um dia passou o cadáver ensanguentado de SÃO VICENTE que o brutal Eumórfio ia lançar no alto mar. É este rio que correndo impetuoso no inverno e simples como ligeiro mas fresco arroio nos dias de verão, é ele que por sua posição, assinalada pelo Criador, nos pode servir de ponto de referência nas nossas deambulações por terras valencianas.

Pode dizer-se, sem perigo de errar, que no tempo dos romanos, Valência estava situada a cerca de 4 quilómetros do Mediterrâneo; mais tarde, no tempo dos árabes, já a distância era menor por que maior o desenvolvimento. De 1430 até fins do século XIX alarga-se até às proximidades do Jardim Botânico, Plaza de San Agustín, Estação Norte,

Praça de Touros e Palácio da Justiça, seguindo até à Passarela. Em datas posteriores, especialmente depois de 1910, o incremento tem sido prodigioso pois vai caminhando assombrosamente na Direcção de Madrid, Vila Nueva de Castellon, Albacete, Alicante e Lago de la Albufera. Isto numa das margens do rio ou seja do lado das cidades romana e árabe, hoje em muito ultrapassadas. Na outra margem, onde só existiam recatados subúrbios, encaminha-se na direcção de Barcelona, Zaragoza e Via Triunfal até às instalações portuárias e até às incluídáveis praias do Mediterrâneo.

Enfim, a 3.ª cidade de Espanha, em população. O rio Turia que tanta graça dá à cidade, é atravessado por cinco pontes que a pátina de alguns séculos cobre e que ainda subsistem (São José, Serranos, Trinidad, Del Real e Del Mar), bem se harmonizando essa pátina com os tons modernos das de última construção (Nueva-Aragon e Campanar) assim como com a «Passarela» e com uma ou outra passagem construída em madeira sendo a mais próxima do mar a «Puente de los estilleros». Jardins não lhe faltam e as frescas «Huertas» com suas «barracas» e «alquerias» tornam-na mais atraente, mais saborosa e até mais poética.

Desde as mais modernas e belas construções, como as da «Plaza del Caudillo» até às velhas edificações, tudo é beleza. O Palácio da Justiça, no estilo de Carlos III; a «Puerta de Serranos», interessante monumento semi-gótico com suas torres octogonais; a «Longa de la Seda», bela construção em estilo gótico; a Catedral, antiga mesquita transformada em igreja desde 1262 e séculos seguintes e, junto dela a célebre torre «EL MIQUELETE» cujas «Campanas» todas se alegram nas festas do «Corpus-Christi» (em que se venera o «Santo Gral»), da Virgen de los Desamparados (Padroeira de Valência) e a festa de São Vicente Ferrer (\*).

(\*) Por um momento vamos enumerar essas célebres «Campanas»:

Maria (já) — Sino principal.

Jaime (?).

Mansuel (já sustenido).

André (só).

Vicente (si).

Narciso (uma oitava acima de Maria).

Pablo (uma décima acima de Maria).

Bárbara (mais do que uma 7.ª e menos do que uma 8.ª acima de Maria).

Catalina (?).

Violante (uma 4.ª acima de Maria).

Orsula (uma 8.ª sobre Maria).

Para mim, porém, o que a torna mais notável do que o famigerado som das «campanas», mais majestosa do que os seus imponentes edifícios, mais bela do que o seu Turia com as encantadoras pontes, mais fresca do que a «Huerta» com suas «barracas» e «alquerias», para mim o que mais me impressiona é o carinho com que os valencianos, ainda hoje neste século eivado de doutrinas materialistas, com que eles tratam as preciosas relíquias vicentinas, carinho bem expresso na conservação do «Hostal» (Calle de Sagunto), nos cárceres da «Plaza de Almoina», no «Carcel del Pozo», no lugar da «Capela da Roqueta» e na Igreja e Mosteiro de S. Vicente de la Roqueta e finalmente num «túmulo vazio» sobre o qual vamos fazer as nossas considerações.

## VII — *Culto de São Vicente:*

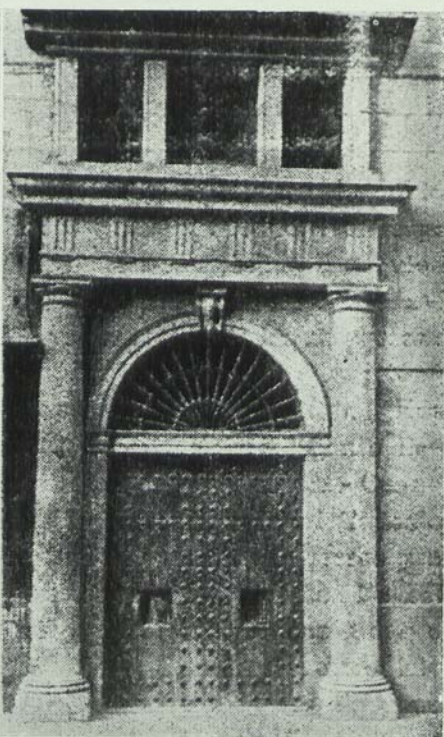
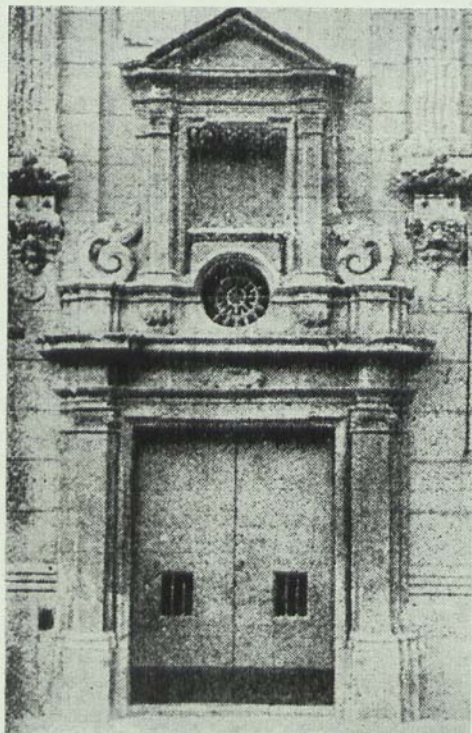
Não resta dúvida de que o primeiro culto ao MÁRTIR SÃO VICENTE, foi dedicado pelos fiéis de Valência, que retiraram da praia o corpo do Santo e o recolheram num local seguro, onde lhe teriam rendido as mais devotas homenagens.

Tal afirmação, sustentada durante séculos, não era nem é puramente gratuita, filha de qualquer sentimentalismo doentio; vejamos:

Em 1865, Vicente Boix, ilustre cronista de Valência, descobriu no pátio da Cidadela um túmulo romano-cristão cuja face principal estava voltada para a parede, tendo sido posto nesta posição quando os engenheiros militares demoliram uma parte da fachada da antiga igreja de São Vicente (1837).

«Cárcere de São Vicente e São Valério»

«Cárcere «del Horn»»





Levado para o Museu Provincial foi submetido a sério estudo, tendo-se verificado que era uma peça de mármore italiano, a qual estava esculpida da parte da frente, onde se notavam dois quadros com «estrigilos» simbolizando o esforço inaudito dum atleta de Cristo. Verificou-se, por inúmeras comparações que a presença de «estrigilos» era obra exclusiva e peculiar dos canteiros romanos. No belo quadro central encontrava-se um anagrama de Cristo, uma coroa triunfal e uma cruz latina nos braços da qual pousavam duas pombas, e, a seus pés, um veado e um cordeiro. Ora, a presença destes símbolos cristãos, indicava que ali jazera o corpo de qualquer cristão. Seria um túmulo do século IV? Em caso afirmativo, de quem?

Estava-se nesta expectativa quando surgiu a voz autorizada de Martinez Aloy que, como pregão forte e dinâmico, anunciava: «*El sepulcro de San Vicente Mártir está en Valencia*». Os arquéologos reuniram-se, a discussão, por vezes violenta, durou algum tempo, tendo terminado pela aprovação plena da tese de Aloy. «*Aquele era o túmulo de SÃO VICENTE MÁRTIR*».

Estava então concretizado o que se dizia nas «Actas», que: «Terminada a perseguição e crescendo a veneração dos fiéis, o corpo do SANTO MÁRTIR foi trasladado solenemente para uma sepultura melhor, sendo tudo depositado debaixo do altar levantado no extremo da cidade de Valência».

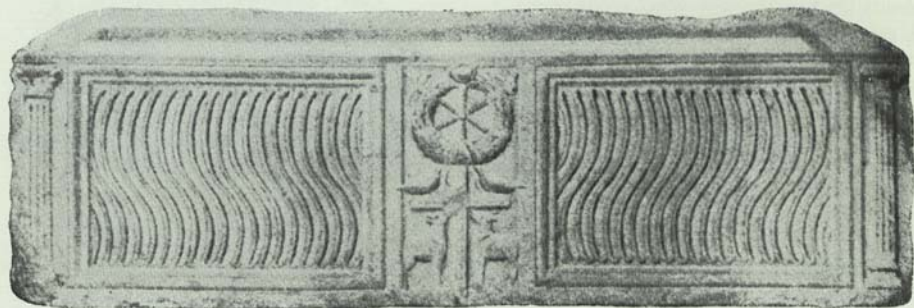
Mas, a seu tempo, veio a invasão árabe. Durante ela os fiéis constituíram agrupamento em bairro cristão sendo conservado no dito bairro o culto do Mártir que também só se podia exercer na

única igreja de Valência englobada nesse bairro denominado Rebatín. Tudo isto lhes era facultado pelas leis do Islam «*uma vez que pagassem a respectiva contribuição*». Foi possivelmente na falta de pagamento da pesada contribuição que se extinguiu oficialmente o citado culto na cidade de Valência, sendo natural que se pensasse na remoção das relíquias, caso que certamente foi bem pensado e ao qual não deviam ter sido estranhos franceses e portugueses como adiante se verá. Os pobres valencianos certamente que não contaram que a malha da rede tributária de Alá era muito apertada...

Conclue-se pois que o culto público do Mártir tendo seu início no tempo dos romanos, atravessou o período visigótico, tendo chegado até certo tempo da ocupação árabe, devendo ser acrescentado que não obstante a escassez da documentação podemos afirmar que a nobre conduta de SÃO VICENTE se tornou conhecida não só em Espanha, como no resto da cristandade, de tal maneira que, passados 50 anos, Agostinho, bispo de Hipona, «o maior de todos os espíritos» (a frase é de Bossuet) nos seus «Sermões» falando com eloquência de VICENTE, diz: «SÃO VICENTE em tudo venceu. Venceu nas palavras, venceu nas penas, venceu na confissão da Fé, venceu na tribulação, venceu no fogo, venceu no mar, finalmente venceu atormentado, venceu morto.» (Sermão 2 de São Vicente).

Referindo-se também ao corvo e ao lobo que se aproximaram dele no paúl de Valença, diz o mesmo santo bispo: «O corvo defende; o lobo respeita e só Daciano persegue». (Sermão 4 de São Vicente).

«O Sepulcro vazio»



Portanto o assunto de SÃO VICENTE não era uma questão «de lana caprina», pois fazia parte dos comentários do grande Bispo que, regra geral, só se prendia com águias que, como ele, voavam bem alto.

Mas, não era apenas Agostinho no Ocidente, era também Atanásio, o santo Bispo de Alexandria (\*) que levava à Igreja do Oriente o assunto palpitante: a morte do diácono VICENTE, em Espanha, sobre o qual ele dizia: «SÃO VICENTE foi atormentado, ferido, açoutado e queimado; mas, não foi vencido; guardando a propriedade do seu nome».

Como vemos, o nome e devoção de SÃO VICENTE martirizado em Valência, corria mundo, não sendo de estranhar por isso que a Santa Igreja, além de o nomear na Ladaíinha de Todos os Santos (depois de Santo Estêvão e de São Lourenço), lhe tivesse dedicado uma Missa, no dia 22 de Janeiro — MISSA DE SÃO VICENTE E ANASTÁSIO — Missa que nem sempre teria tido esta dupla designação.

Existe na Biblioteca Nacional de Lisboa um Missal escrito em letra gótica, que deve datar do século XV, no qual se encontra a Missa de SÃO VICENTE MÁRTIR, (sem qualquer referência a *Santo Anastásio*) nome que, no CALENDÁRIO ocupa um lugar de destaque. A Missa que ali vem é a Missa LAETABITUR. Este livro que se encontra «nos reservados, contém no princípio do Cântone, duas preciosas pinturas flamengas (†). Donde vem então a junção de SANTO ANASTÁSIO? É sabido que a cabeça de Santo Anastásio, mártir da Pérsia (628) foi trazida para Roma e respetosamente deposta no Mosteiro de Santa Maria, ad Aquas Salvias, o qual desde então se passou a chamar de SÃO VICENTE e ANASTÁSIO.

É possível mesmo, dadas as palavras de Santo Atanásio e a fama que corria pelo mundo, que uma das imagens dos Mártires pintadas na igreja de Hierápolis que o santo visitou, e que tanto o impressionaram a ponto de lhe despertarem o desejo do martírio, fosse a de SÃO VICENTE.

Seja-nos lícito acrescentar, pois se trata dum grave imperativo da nossa consciência, que tal devoção não se fixou apenas nos lugares que apontámos, ela ultrapassou os Pirinéus e o «Mare nostrum», indo parar a França e a Itália, tendo-se fixado na Dalmácia como o atesta a Basílica de Salona que lhe foi consagrada no século V ou VI.

Tratando-se dos assuntos que se prendem com a presença real ou suposta das suas relíquias teremos ocasião de expor o que a documentação nos aponta quanto à Itália, Espanha, França e Portugal, ou sejam as quatro nações que se disputam a honra de possuir as estimadas relíquias.



«São Vicente Mártir» — Escultura de prata com seu andor, obra de Esteve de 1800, que existia na Catedral e que foi destruída pelos «rojos», em 21 de Julho de 1936

(\*) Contemporâneo do bispo de Hipona.

(†) Foi oferecido a essa Biblioteca pelo célebre Bispo de Beja, D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas.





## *O industrial GORJÃO HENRIQUES novo vereador da Câmara Municipal*

No dia 5 de Dezembro, tomou posse do cargo de vereador efectivo da Câmara Municipal de Lisboa o industrial ceramista Sr. Frederico Gorjão Henriques, para substituir o Sr. Prof. Dr. Silva Cunha, chamado a exercer as funções de subsecretário de Estado da Administração Ultramarina. A posse foi-lhe dada pelo presidente do Município, no seu gabinete, com a presença do vice-presidente, da vereação e dos directores de serviços e funcionários com responsabilidades de chefia das várias repartições.

Usando da palavra, o Sr. General França Borges lamentou o afastamento do Sr. Prof. Silva Cunha, a quem agradeceu os relevantes serviços que prestou à cidade. Em nome do novo membro do Governo, que não pôde comparecer, o presidente

do Município endereçou cumprimentos ao seu sucessor, de quem fez o elogio e a quem abraçou.

O Sr. Gorjão Henriques, em resposta, disse saber do ambiente de compreensão e de inteira liberdade em que se desenvolve o trabalho da vereação, cujos reparos ou directivas constituem valiosos elementos para a difícil tarefa da administração da cidade. Agradeceu as palavras do Sr. General França Borges e afirmou estar pronto a servir no cargo que tanto o honrava.

O presidente da Câmara apresentou, depois, ao novo vereador os funcionários responsáveis pela direcção e chefia dos serviços, proferindo, a propósito, palavras de elogio a todo o funcionalismo pela sua dedicação e competência, na defesa dos interesses da cidade.





*Desenho do Tenente-coronel Robert Batty*

*Gravura de Thomas Jeavons*

*LISBOA, VISTA DA RUA DE S. MIGUEL*





# acontecimientos citadinos

APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS  
PELOS TRABALHADORES ESPANHÓIS  
DA «EDUCACION Y DESCANSO»



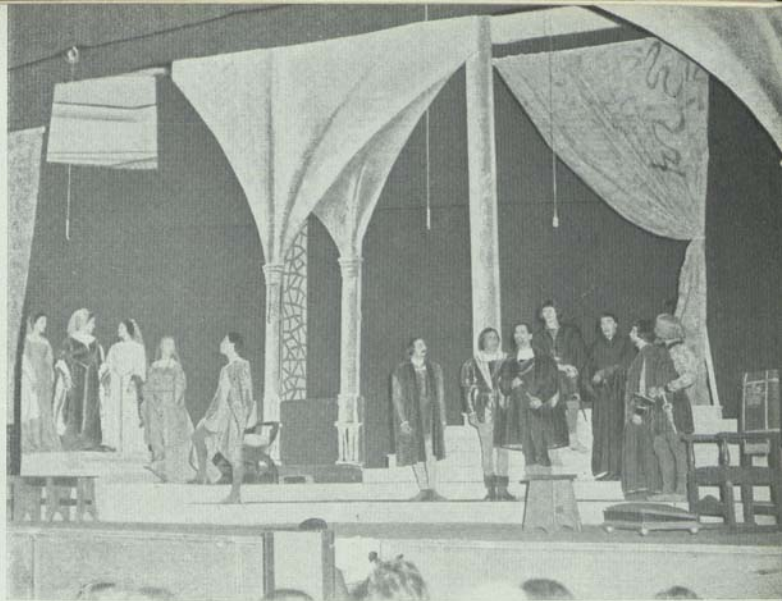
O GRUPO DE AMERICANOS, MEMBROS DA  
CAMARA DE COMÉRCIO DA ÁREA DE WEST  
SHORE, NO SALÃO NOBRE DA C. M. L., QUANDO  
DA APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS

MISS SHOKO SHINODA, QUE VEIO  
NO NAVIO «HAVANA MARU»,  
CUMPRIMENTA O PRESIDENTE,  
QUANDO DA ENTREGA  
DE UMA BONECA





«D. JAIME DE BRAGANÇA»,  
DRAMA HISTÓRICO DE  
MANUEL FRAGOSO,  
APRESENTADO NO  
PAVILHÃO DOS DESPORTOS  
PELO TEATRO POPULAR  
D E L I S B O A



A ASSISTENCIA A EXIBIÇÃO DO FILME «AMANHECER EM LISBOA»  
NO CINEMA IMPÉRIO, COM A PRESENÇA DO CHEFE DO ESTADO





CONCERTO SINFÓNICO «LISBOA E A MÚSICA», NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS — A ENTRADA NO PAVILHÃO, DOS SRS. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MINISTRO DO INTERIOR E PRESIDENTE DA C. M. L.



EXPOSIÇÃO DE FLORICULTURA NA F. I. P. — A VISITA DO CHEFE DO ESTADO





NO MINISTÉRIO DO  
I N T E R I O R —  
A CONDECORAÇÃO  
DO PRESIDENTE  
DO GRAU DA GRÁ-CRUZ  
DA ORDEM DO  
INFANTE D. HENRIQUE



NO MINISTÉRIO DO  
I N T E R I O R —  
A CONDECORAÇÃO  
DO VICE-PRESIDENTE  
COM O GRAU DE  
COMENDADOR  
DA ORDEM DO  
INFANTE D. HENRIQUE



CONCERTO SINFÓNICO  
«LISBOA E A MÚSICA»  
NO PAVILHÃO  
DOS DESPORTOS  
— OS SRS. PRESIDENTES  
DA REPÚBLICA E DA C. M. L.  
JUNTO DOS COMPOSITORES



TOMADA DE LISBOA  
A OS MOUROS  
— A INAUGURAÇÃO  
DA BIBLIOTECA DO  
BAIRRO DO PADRE CRUZ



ENTREGA DOS PRÉMIOS  
DO II SALÃO DE ARTE E ARTESANATO  
DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS



AO ENG. JOAQUIM JOSÉ RODRIGO (PINTURA)



AO DR. MACEDO DE BARROS (GRAVURA)



AO DR. MARTINS GOMES (CERÂMICA)



AO DR. SILVA FERNANDES (FOTOGRAFIA)



O PRESIDENTE DA C. M. L. FAZ ENTREGA DE TREZE BIBLIOTECAS DESTINADAS A VÁRIOS ORGANISMOS E COLECTIVIDADES DE RECREIO, NO PALÁCIO GALVEIAS

O PRESIDENTE DA C. M. L. INAUGURA A EXPOSIÇÃO «TEMAS DE LISBOA NA ILUMINURA E NO AZULEJO» NO PALÁCIO GALVEIAS





FESTIVAL FOLCLÓRICO  
NO PAVILHÃO  
DOS DESPORTOS  
—O «GRUPO INFANTIL  
DE SANTARÉM»—



FESTIVAL FOLCLÓRICO  
NO PAVILHÃO  
DOS DESPORTOS  
—«GRUPO RIBATEJANO»—



O PRESIDENTE DA C. M. L. CUMPRIMENTA AS ALUNAS DA ESCOLA ALEMÃ DE GINÁSTICA MODERNA



O PRESIDENTE DA C. M. L. ABRAÇA O MINISTRO DO ULTRAMAR, PROF. ADRIANO MOREIRA, DURANTE A RECEPÇÃO AOS DELEGADOS DO CONSELHO ULTRAMARINO

O PRESIDENTE DA C. M. L. CUMPRIMENTANDO OS JOGADORES DO SHELBOURNE







INAUGURAÇÃO DA «SALA DUARTE PACHECO» NO MUSEU DA CIDADE—O DISCURSO DO PRESIDENTE



HOMENAGEM DO PRESIDENTE AOS JORNALISTAS, EM RETRIBUIÇÃO DA QUE LHE FOI PRESTADA PELA CASA DA IMPRENSA—MONTES CLAROS

O PRESIDENTE AGRADECE AO COMANDANTE DO AVIÃO DA CARREIRA INAUGURAL DA «TWA» CHICAGO-LISBOA, A OFERTA, PELO SR. RICHARD DALEY, «MAYOR» DE CHICAGO, DA BANDEIRA DAQUELA CIDADE AMERICANA







HOMENAGEM DO SINDICATO NACIONAL DOS MÚSICOS AO PRESIDENTE DA C. M. L. PELA ACÇÃO PROMOVIDA EM PROL DO DESENVOLVIMENTO CULTURAL DA POPULAÇÃO DA CAPITAL

CUMPRIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS AO PRESIDENTE





JANTAR ANUAL  
DA VERAÇÃO, NO  
RESTAURANTE DO CLUBE  
DE TÊNIS DE LISBOA





## CULTO LISBOETA

# *Duas procissões tradicionais em Lisboa*

POR COSTA GARCEZ

### *I—O Senhor dos Passos da Graça*

É quase certo o dizer-se que a devoção *alfacinha* gira em volta de dois fulcros principais, em cada ano, que são: a procissão da Senhora da Saúde e a procissão do Senhor dos Passos da Graça.

Cada uma delas tem as suas características próprias. E, se a primeira leva à Mouraria, Rua da Palma, Olarias e demais ruas vizinhas um ror de gente, para ver a Senhora desfilarem, no seu andor, a segunda, não é, decerto, menos concorrida, atraindo ao popular bairro da Graça, centenas de crentes, ou, apenas, curiosos que se embacbam pelas artérias do percurso, ora em recolhida

devoção, ora em excursão bisbillhoteira, em busca de uma cara bonita, ou, tão-só, na ânsia de desvendarem uma paisagem nova, disfrutada daquelas bandas da cidade, encarrapitadas numa cumeada que tem vistas desafogadas e plenas de Sol.

Ambas as procissões são, no entanto, na actualidade, de maior fama do que a do «Corpo de Deus» que outrora teve o seu período áureo que cedeu, incontestavelmente, neste nosso século, às outras duas, talvez até porque estas se circunscrevem a determinadas áreas da cidade, onde, por razões várias, a vida tem, ainda, um ar burguês

e pacato, que já não está de acordo com a parte baixa de Lisboa que a população há muito abandonou, sendo os lares que ali existiram substituídos por escritórios, repartições públicas e casas comerciais o que lhes rouba a feição íntima e acolhedora, indispensável para isto de *ver passar a procissão!*

Pois bem. Eu creio que não há um único lisboeta que não tenha assistido, ao menos uma vez na vida, à passagem, imponente, de uma destas procissões; todavia, vou falar-vos delas, dando-vos algumas notas sobre o que elas são, em nossos dias, como se iniciou o culto das duas imagens e, também, o que esses cortejos religiosos têm sido através dos tempos.

Desta feita, falarei, apenas, da procissão do Senhor dos Passos da Graça, pois é, de resto, na ordem cronológica a primeira que se realiza em cada ano.

★

É no segundo domingo de Quaresma de cada ano que se realiza, na actualidade, a «procissão do Senhor dos Passos da Graça», começando as solenidades pela investidura da imagem que, depois de envergar a sua nova túnica, é levada do seu camarim do braço do cruzeiro, do lado da Epístola, para a capela-mor, onde fica exposta à veneração dos fiéis, durante os dois dias que antecedem o das festividades.

Não é a Páscoa uma das solenidades com data fixa no ano pelo que, as mais das vezes, a Procissão se realiza em fins do Inverno, quando o tempo, ainda, se apresenta, não raro, de mau caris, ou, no princípio da Primavera, naquela época em que o Sol, se esconde, a miúdo, por detrás de pesadas núvens que negam à cidade a sua carícia revivificadora.

Estamos num segundo domingo de Quaresma, por volta das 4 horas da tarde.

Pela manhã, houve missa solene, cantada a grande instrumental, com a igreja repleta de fiéis e a capela-mor transformada num jardim imenso, onde o perfume das flores se alia ao aroma suave do insenso, queimado em turíbulo de prata, subindo para o alto, numa prece que se deixa encaminhar, devagar, por uma réstca de Sol coada pelos janelões que atiram chapadas de claridade para o interior do recinto.

São 4 horas da tarde, de uma tarde ensopada de nebulosidade que, a espaços, dá passagem a um Sol deslavado que caminha já para o ocaso.

Vai sair a procissão.

Do alto da velha torre da igreja, desenhada pelo arquitecto Manuel da Costa Negreiros, campeando sobre a antiga «portaria» do Convento da Graça, devido à traça de Cactano Tomás de Sousa, ressoa a voz cava dos sinos, badalando em lamúria de dobre a finados.

Pela porta do templo, vai saindo, aos poucos, o cortejo que abre com um enorme guião roxo que traz desenhadas as letras S. P. Q. R. (*senatus populusque romanus*).

Depois, seguem-se duas intermináveis filas de fiéis, logo seguidas por outras tantas de «irmãos» com as suas opas roxas e empunhando tochas acesas.

À frente do andor e precedidos por um pendão, sete anjos, impecavelmente trajados de roxo, com as suas azitas de penas de um branco imaculado como as suas almas de crianças, levam, orgulhosas, os emblemas da Paixão: a verónica; os dados e o martelo; os cravos e a turquíes; o cálix; a lança; a esponja e o título da cruz.

Segue-se a imagem do Senhor dos Passos. Conduzem-na os «irmãos». Rodeiam-na lanternas acesas, numa homenagem de luz que a tarde escurificada faz sobressair, mais e mais.

É as pessoas prostram-se por terra, numa adoração respeitosa de quem venera mas tem ânsia de ver, porque estão ali para se curvar ante o Senhor, para sentir a dor que se evolva da imagem, mas também para a olhar, na sua postura trágica, no seu rosto que parece nimbado por uma estranha auréola de quem sofre com a alegria sincera e serena de poder, pelo seu sacrifício, salvar a Humanidade inteira.

Passa, por fim, o pálido sobre o sacerdote que conduz nas suas mãos a relíquia do Santo Lenho.

Vagarosamente, a procissão segue o seu giro habitual, pelas ruas do velho bairro, onde há gente nos passeios e nas janelas de que pendem colchas e colgaduras.

Uma banda de música toca uma marcha fúnebre.

Aqui e ali, pelo percurso, improvisados altares simbolizam os «passos».





*A Imagem do Senhor Jesus dos Passos exposto no seu camarim*

Em São Vicente, é o «encontro». A Mãe de Deus feito Homem, do alto do seu andor, está frente a frente do seu Filho, vergado ao peso da Cruz...

O povo humilde sente aquele transe doloroso... Vibra com ele...

Aquela mulher de xaipe negro pela cabeça, já viu o filho no Hospital, depois de um terrível desastre, e sabe o que o seu coração sofreu... Ela pode avaliar, por experiência própria, a dor dessa Mãe, como ela, que, pateticamente, olha o filho que levam a crucificar, que conduzem à morte... E por isso ela tem os olhos rasos de lágrimas e chora, chora de mansinho, uma dor que, na sua rudeza, só ela compreende.

Mais gente vai enchendo as ruas...

O Sol, sempre a negar-se, vai baixando, para o Poente... É ao lusco-fusco, quando o Senhor, já seguido de sua Mãe, volta a entrar no templo. Começa, então, a debandada de toda aquela gente.

Daquela senhora triste e altivamente distante, que um carro de luxo, do último modelo, vem buscar; daquela mulher enigmática que, a custo, trepa para um eléctrico apinhado; daquele grupo de

moços indiferentes, que vieram só para *ver as caras bonitas*; daquela outra mulher que faz o seu negócio, em dias de procissão, apregoando «*copo e vela, dez tostões!*».

A imagem voltou à capela-mor, ao seu reduto de flores perfumadas, para no outro dia recolher ao seu camarim onde ficará quase frente a frente com a da Senhora da Soledade, esculpida por Francisco de Borges Gomes, em 1827, até que, no outro ano, volte a vir à rua percorrendo o giro do costume.

Do alto da torre do velho convento dos Agostinhos, o sino badalará, indiferente, mais um ano, quer em festivo tilintar, quer em lúgubre dobre de finados...

★

Dizem os cronistas e os historiadores que o culto que deu origem à procissão do Senhor dos Passos da Graça começou, por voltas do ano de 1586, quando um jovem de então, que foi, por sinal, pintor de arte — Luís Alvarez de Andrade — ante a impossibilidade de fundar, em S. Roque, «uma confraria de devoção à Santa Cruz de

Torre, portaria e entrada da Igreja da Graça

Interior da Igreja da Graça





Cristo», obteve autorização dos religiosos do Convento da Graça, para ali dar início à obra com que, decerto, há muito sonhava.

Citando o «AGIOLÓGIO LUSITANO» de Jorge Cardoso, diz o Padre Ernesto Sales, no seu livro «NOSSO SENHOR DOS PASSOS DA GRAÇA», aparecido em Lisboa em 1925, que «fora o próprio arcebispo D. Miguel de Castro acompanhado de Luís Álvares, marcar nas diferentes ruas do percurso os locais onde deveriam ser as estações dos Passos, e que por essa ocasião dissera aquele Prelado perante a comunidade dos religiosos Agostinhos: — *Espero em Deus que desta santa obra resultará a Luís Álvares grande glória na outra vida, e aos fiéis cristãos não menos proveito nesta.*

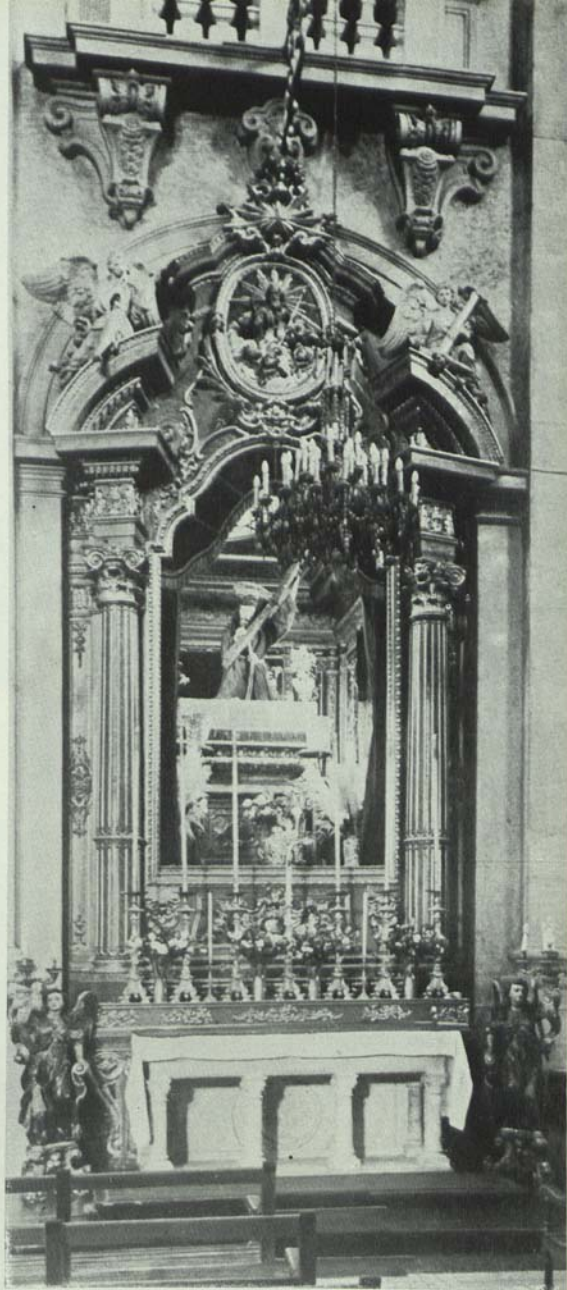
Como é hábito nestes assuntos, nem todos os cronistas da época estão de acordo entre si, pois se Jorge Cardoso nos dá a versão que acabamos de ler, outro tanto não acontece com Frei José de Santo António, também chamado à liça pelo Padre Ernesto Sales, que em «FLOS SANCTORUM AUGUSTINIANO», «reclama para o seu confrade Frei Domingos de Azevedo o haver instituído em 1584 neste Reino de Portugal, a procissão dos Passos, afirmando até que ele trouxera de Sevilha a medida autêntica dos sagrados Passos».

Que a ideia se filiou em cortejos semelhantes realizados na vizinha Espanha, não podem restar dúvidas; no entanto, elas — como se viu — subsistem quanto ao verdadeiro instituidor do costume em Portugal.

Iniciada, assim, com tanto fervor, a *irmandade* de Luís Álvares foi, de ano para ano, tomando vulto, crescendo, até que, ao findar do Século XVII, segundo ainda o Padre Sales, se transformou na «preferida e sobremodo distinta entre todas as da capital, não só pela qualidade dos seus irmãos, como pelo esplendor do culto divino».

Havendo sido criada com o objectivo de prestar culto à *Santa Cruz*, só mais tarde, instituído o hábito da realização da procissão dos Passos, a *irmandade* se denominou, oficialmente, «Irmandade de Vera Cruz e Passos de Cristo».

Para atestar a nobreza da *irmandade* poder-se-á citar o facto de não só os grandes de Portugal se sentirem honrados em pertencer-lhe, mas, igualmente, o de dois dos nossos monarcas terem aceite o cargo de *provedores perpétuos*. Foram eles El-Rei D. Miguel que desempenhou o cargo desde



Altar do Senhor dos Passos, no braço esquerdo do cruzeiro, vendo-se a imagem, no seu camarim, exposta à veneração dos fiéis



*Altar onde se venera a imagem de Nossa Senhora da Soledade, no braço esquerdo do cruzeiro, próximo do do Senhor dos Passos. A imagem que é de roca foi encomendada ao escultor Francisco de Borja Gomes, em 1827*

30 de Junho de 1829 a Maio de 1834, quando da sua deposição e El-Rei D. Manuel II que, em 17 de Abril de 1908 o assumiu, ainda que por escassos dois anos.

Estava escrito que a «Irmandade dos Passos da Graça» deveria usar, efêmeramente, o título de «Real» que lhe fora conferido pelos dois soberanos, tão infelizes nos seus reinados.

★

Como já vimos a *irmandade* foi erecta, ao tempo de Luís Álvares, numa das capelas do Claustro do Convento da Graça, para tal cedida pelos frades.

Durante anos, a irmandade, per sucessivos acordos com os Agostinhos, foi ampliando os seus

domínios no Convento, até que, em 1667, ou mais exactamente, conforme o nosso informador, o Padre Sales, em 29 de Abril de 1667, a confraria dos foreiros de S. Marçal fez escritura de contrato cedendo à irmandade dos Passos os direitos que possuía sobre a capela do Cruzeiro do lado da Epístola para ali se erguer o novo camarim para a imagem. Era Provedor António Cavide, tendo-se encarregado dos trabalhos o pedreiro Jacinto Simões, morador ao Relógio de S. Roque e o entalhador Pedro Álvares, residente às Portas da Cruz.

Tudo correu, desfogadamente, à *irmandade*, até ao dia 1 de Novembro de 1755, dia em que toda a cidade tremeu, abalada pelo terrível terramoto que quase a subverteu, no seu furor desmedido, a que se seguiu o pavoroso incêndio que completou a obra do cataclismo daquele dia de Todos os Santos.

A imagem era venerada não só pela plebe e pela nobreza, mas mesmo os próprios monarcas, não raro, acorriam à sua interferência miraculosa, em casos desesperados, o que levou, vezes sem conto, a procissões e súplicas fora da época aprazada para as festividades anuais.

Também os mareantes dedicavam culto especial à imagem, oferecendo-lhe avultadas dádivas.

Nesse dia 1 de Novembro ruiu, quase por completo, o Convento da Graça, com excepção da «portaria» e da torre sineira.

O Padre Baptista de Castro no seu «MAPA DE PORTUGAL», esclarece: — «Quase todas as capelas do corpo da igreja padeceram igual ruína, com mais ou menos dano. As duas laterais do cruzeiro ficaram totalmente destruídas, porém as sagradas imagens em felicidade se descobriram e recuperaram. Eram elas a sempre venerável do Senhor dos Passos que, ficando dentro da tribuna oprimida com o peso da parede que sobre ela caíu, foi extraída pela nobre e pia diligência de alguns grandes da corte, sugeridos do empenho e devoção do nosso monarca fidelíssimo».

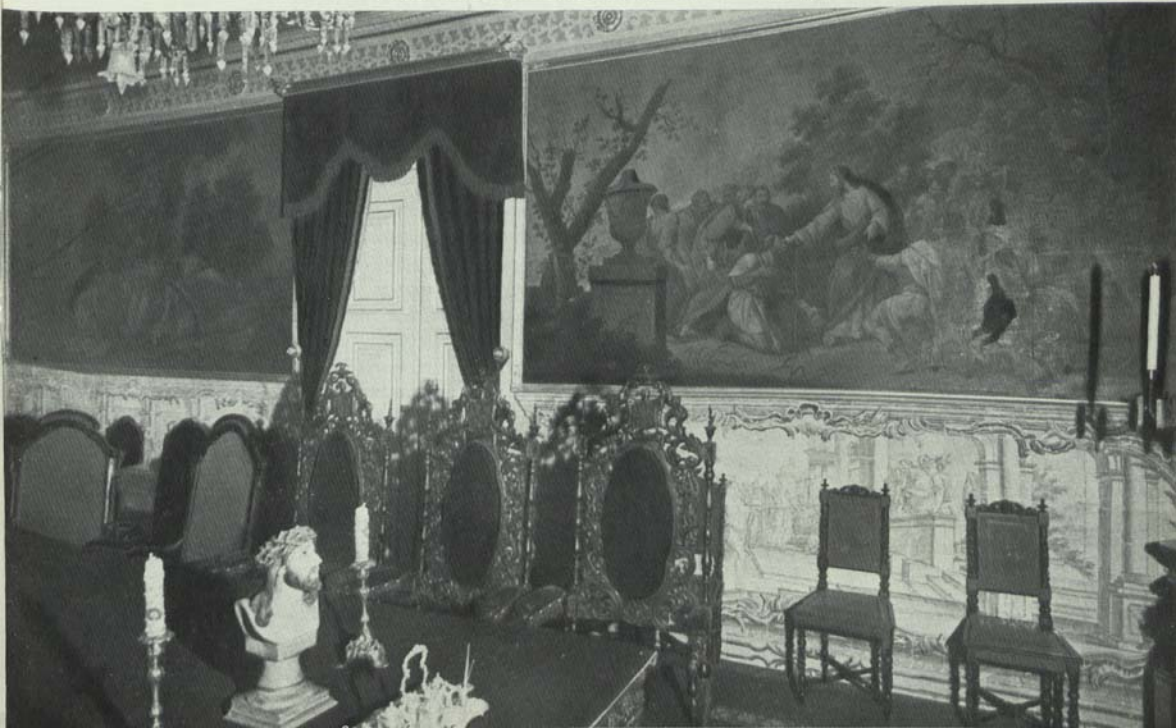
Só em 13 de Setembro de 1772 voltou a imagem do Senhor dos Passos ao seu reedificado camarim, perante o júbilo de todos, donde só voltou a sair em 1895, durante as obras de restauro por que passou o templo, até 1905, período em que foi armado um altar improvisado com os restos da capela do claustro, na sacristia.





*Um aspecto da sala nobre das sessões*

*Das telas do pintor Francisco José Rocha (Rolba?) existentes na sala nobre das sessões, representando, respectivamente, um grupo de anjos ministrando alimentos ao Divino Mestre e Jesus dando vista a um cego; vendo-se, em baixo, um silbar de azulejos figurando uma cena da Paixão de Cristo*



Trabalharam nas obras, inauguradas em 1772, o entalhador Estêvão Rodrigues, o pintor Vicente Rodrigues e o azulejador Manuel da Costa. O pintor Francisco José da Rocha (Rolha lhe chama o Padre Sales, devidamente documentado a pág. 45 do livro que temos vindo a seguir), decorou as salas anexas ao camarim com alguns quadros de sofrível contextura. Deste pintor diz Cirilo: «Desejava muito passar por douto, e não conhecia que o era».

A imagem do Senhor dos Passos da Graça, sobretudo a cabeça, que Ribeiro Guimarães, no «SUMÁRIO DE VÁRIA HISTÓRIA», considera «bem esculpida e cheia de expressão» não deve «reputar-se — segundo o autor citado — obra do Século XVI, antes, com boas razões, deve considerar-se do século passado (XVIII), época em que em Portugal houve excelentes escultores em madeira, de que ainda restam obras notáveis».

Isso mesmo parece confirmar a hipótese de que, por ocasião do terramoto, a primitiva escultura tenha ficado muito danificada o que motivou a sua substituição por mãos de um artista de que se desconhece, no entanto, o nome.

Até ao final da monarquia, era a imagem conduzida, depois de cumpridas as cerimónias da investidura da nova túnica, em cortejo, na quinta-feira da segunda semana da Quaresma, para a igreja de S. Roque, a princípio coberta com um panejamento e, mais tarde, por um rico camarim.

Aí se conservava uma noite, para no dia seguinte vir, em procissão, de novo para a Graça.

«O percurso da procissão — segundo o Padre Sales — foi desde o seu início o seguinte: de S. Roque às portas de Santa Catarina, à Rua do Chiado, à Calçada de Paio Novais, à Rua dos Escudeiros, ao Rossio, a S. Domingos, à Rua Nova da Palma, à Mouraria, à Rua dos Cavaleiros, à Calçada de Santo André, à Calçada da Graça». Como se vê, utilizava em determinada parte do percurso o emaranhado dédalo das ruas da baixa pré-pombalina, tais como: a Calçada de Paio Novais, Rua dos Escudeiros e mesmo as três primeiras que em nada se pareciam com a actual disposição da Rua da Misericórdia, Largo das Duas Igrejas e Rua Garrett (Chiado).

Depois da reconstrução pombalina ficou resolvido — é, ainda, da lição do Padre Ernesto Sales, ao transcrever o Livro de Termos e Acórdãos da

Mesa de 1753-1844, que nos servimos — «que viesse a procissão pela Rua Larga (Misericórdia) abaixo até ao Loreto, e daí por toda a rua abaixo por onde era o Chiado (Rua Garrett) até ao topo da Calçada Nova do Carmo, até ao Rossio, e por ele acima pela parte do Carmo a buscar como dantes, a frente da Inquisição (Teatro Nacional) e daí por S. Domingos, como antigamente...».

Já nessa altura e desde 1674 que o cortejo não passava pela Rua dos Cavaleiros, mas sim pela do Boi Formoso (Benformoso) e Rua da Oliveira, em direcção ao Largo do Terreirinho onde entroncava no velho percurso que dava para a igreja da Graça.

Este mesmo itinerário durou até 1795, ano em que voltou a respeitar-se o que se fazia pela Rua dos Cavaleiros.

Era neste percurso que surgiam os «passos», em número de sete, o primeiro dos quais era «armado num altar logo à entrada do templo de S. Roque». Seguiu-se o «passo de S. Roque» que até 1755 esteve embebido na face da torre de Álvaro Pais, não se chegando a reconstruir depois do terramoto, pelo que, durante o período que findou em 1910, se armava, provisoriamente, à porta da igreja da Encarnação.

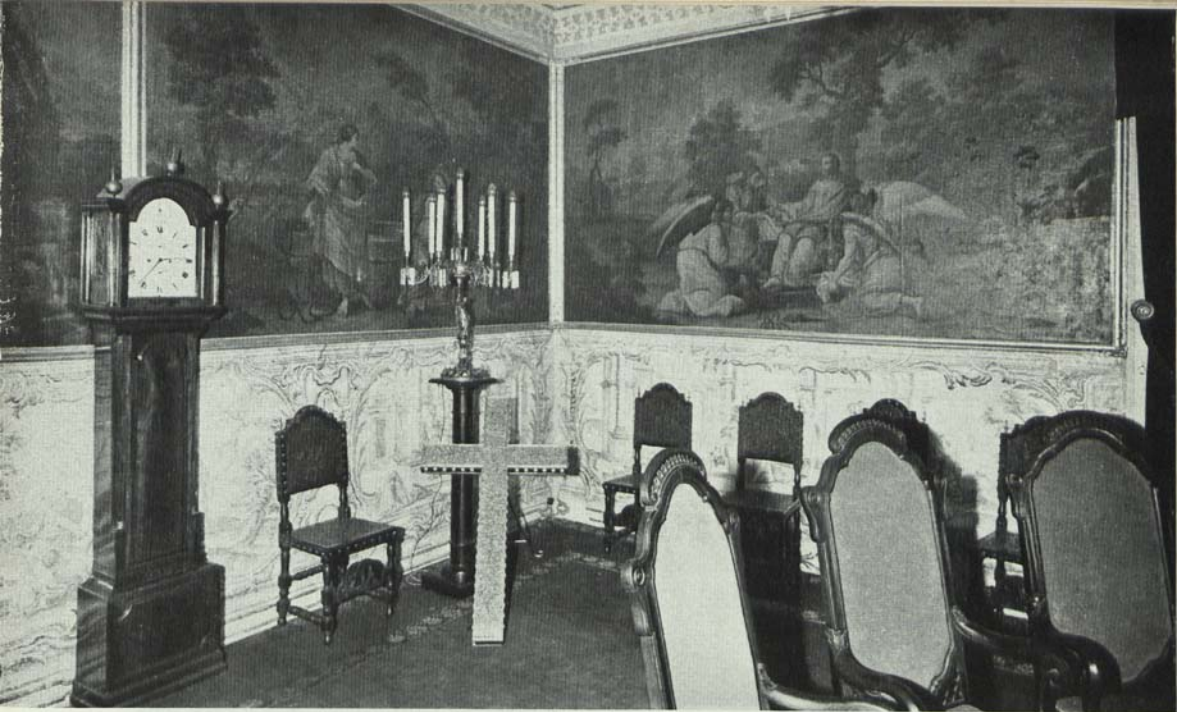
Outro «passo» era o do Rossio que ficava onde hoje funciona a «Leitaria o Passo», numa propriedade da Casa Cadaval, da banda poente da Praça. Este «passo» ruiu pelo terramoto grande, sendo reconstruído em 1781-1782.

Na Rua da Mouraria seguia-se um novo «passo» a que, tal como a todos os outros, havia sido dada forma de capela entre 1698 e 1702. Muito danificado pelo terramoto de 1755, foi reedificado, por voltas de 1780, tendo servido pela última vez em 1907, ano em que o Município o expropriou, para utilidade pública, visto abarcar uma parte do leito da rua.

Nas obras de ampliação dos «passos» a que nos referimos acima, não foi considerado o que existia no cimo da Rua dos Cavaleiros porque o cortejo havia deixado de fazer serventia por aquela via pública, que só voltou a utilizar em 1795, como também já se anotou noutro lugar.

Em sua substituição ergueu-se, em 1673, na Rua do Boi Formoso (Benformoso), um nicho que





*Um recanto da sala nobre das sessões, vendo-se, de novo, a tela representando a refeição de Jesus e outra figurando Cristo a falar com a Samaritana, junto do Poço de Jacob*

servia de «passo» e que foi ampliado, ao jeito de capela, no princípio do Século XVIII, para, em 1795, se mudar para o Largo do Terreirinho, onde se reconstruiu, perdurando ainda nos nossos dias.

O mesmo aconteceu com o «passo» do Arco de Santo André, também erguido em 1699-1702 junto do arco já desaparecido e no traçado da Rua da Costa do Castelo, conforme hoje se pode ver.

Ambos os «passos» citados em último lugar — o do Largo do Terreirinho e o da Calçada de Santo André — pertencem ao chamado estilo *renascença jesuítica*, como aponta o Padre Sales no seu trabalho tantas vezes citado.

Finalmente, o «último passo» armou-se, até 1755, num altar do lado do Evangelho do corpo da igreja da Graça. Reconstruído o templo, passou a armar-se sumptuoso «calvário» na capela-mor, hábito que perdurou até ao ano de 1893.

★

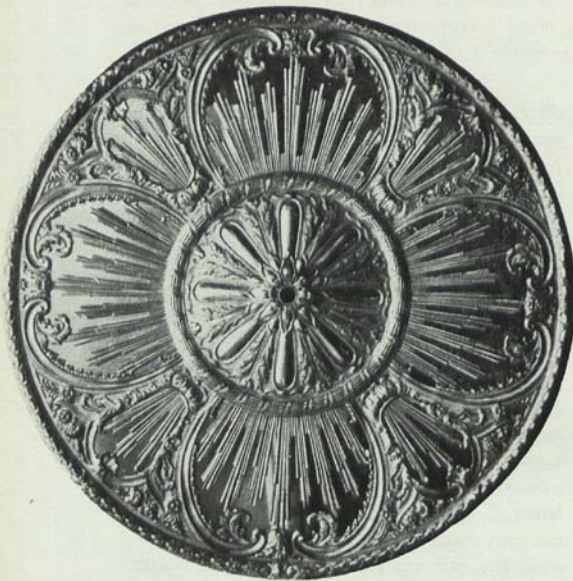
Através dos tempos a procissão teve mais ou menos sempre o mesmo aspecto. Apenas por muitos anos se conservou o hábito de na sua frente seguir enorme cortejo de penitentes que se flajelavam, o que levou a *irmandade* a criar um recinto próprio para, recolhido o cortejo, se tratem os penitentes, o qual ficou conhecido por «casa da cura» que, por sinal, bem bom dinheiro custou em medicamentos e ligaduras.

De um manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa respigamos — pela mão amiga do Padre Sales — uma descrição da procissão tal como se realizou em 1706. «A procissão sai de S. Roque, à qual dão princípio muitos penitentes que vão tomando rigorosas disciplinas. E aos ditos penitentes se segue logo um pendão de damasco roxo com seis cordões de retrós guarnecidos de ouro, e no alto dele vão formadas de ouro as quatro

letras S. P. Q. R., e ante este pendão (que é mais propriamente o princípio da procissão) acompanha grande número de penitentes com muito grandes e várias mortificações. Depois um guião de damasco roxo, que leva um irmão, ao qual acompanham mais oito que levam as pontas de oito cordões de retrós guarnecidos de ouro. E ao guião se segue toda a irmandade repartida em duas alas, levando tudo as suas vestes de cor roxa, com sua cruz no peito, hábito próprio e insígnia da irmandade dos Passos, entre a qual, vizinhos já ao andor, vão sete anjos vestidos e ornados com muito asseio, que levam os instrumentos da paixão nas mãos.

O ornato do andor é de veludo roxo, com quatro frontaleiras da mesma cor, guarnecido tudo de ouro. A devoção e piedade dos irmãos faz que sejam muitos os pretendentes e ambiciosos do trabalho na condução do andor, entre os quais, que por todos são oito, se acham sempre alguns da primeira nobreza.

*O diadema de ouro oferecido ao Senhor dos Passos, em 1763, por El-Rei D. José I*



Diante do andor vai a comunidade dos religiosos, e próximo a ele vão seis irmãos com suas lanternas e oito ciriais, tudo de pau santo guarnecido de latão dourado, não usando aqui de prata por não parecer tão conveniente a função tão fúnebre.

Depois do andor seguem alguns religiosos com suas capas de asperges de veludo e damasco roxo, com seus capelos, tudo guarnecido de ouro, e do mesmo modo vai revestido o sacerdote que leva o Santo Lenho. Ao pálio acompanham atrás os irmãos que ainda não acabaram o ano de noviciado, aos quais finalmente se seguem alguns soldados da Guarda de Sua Majestade, e algumas varas da justiça cujo respeito serve de impedir qualquer desordem que o concurso do povo que vai atrás da procissão poderia causar.

É visto o que era a procissão do Senhor dos Passos da Graça no começo do Século XVIII, vejamos como, na segunda metade do século seguinte, no-la descreve Gervásio Lobato no seu livro «A COMÉDIA DE LISBOA». Apenas alguns apontamentos do mais colorido, desse colorido insuperável que o humorista soube dar às suas páginas sempre vivas.

«Na rua há um *broubaba* composto de choro de crianças, dos discursos ordeiros dos polícias, dos couces dos cavalos, das patrulhas municipais, dos gritos: — *Vai água ou não vai água!*, dos vendedores ambulantes, das imprecações das velhas pizadas, dos risos das raparigas beliscadas pelos janotas, e do infernal *dlão! dlão!* dos sinos que parecem querer ensurdecer o Mundo.»

Entre os convidados que vão assistir à passagem da procissão daquela janela da Rua dos Cavaleiros conta-se o «primo noticiarista», caricatura de um jovem materialão daquele século assás materialista, «vem vestido de claro — sublinha Gervásio — como um jasmineiro. Vem assim de propósito para fazer pirraça à religião.

Quer mostrar bem àquele Senhor dos Passos, que vai ali de joelhos entre os perfumes das flores e das pomadas dos irmãos, que não se importa nada com ele, que não faz caso dos seus mártiros, que tem um espírito forte e um fato claro».

Mas a procissão vem. «As alas do povo apertam-se: os cavalos da Municipal e a polícia escou-



cinham. As capas roxas já de furta-cores aparecem pingadas de cera e agitadas docemente pela brisa da tarde da Rua dos Cavaleiros».

«...Vem o Senhor dos Passos.».

«É uma imagem muito respeitável...».

«...Aparece o pátio. Todos ajoelham excepto o primo noticiarista que fica de pé como o cedro altivo da montanha, olhando com um desdém romântico para as turbas humilhadas.».

★

Ao terminar a primeira parte deste desprezioso amontoado de notas sobre o *culto lisboeta* o qual foi dedicado ao Senhor dos Passos da Graça, não ficará decerto mal, uma palavra de homenagem sincera ao Padre Ernesto Sales, guia precioso deste trabalho e que, como ninguém, no dizer de Pedro de Azevedo, se achava «rigorosamente preparado, pelos seus conhecimentos paleográficos e diplo-

máticos» para se entregar, como de facto se entregou, ao estudo concreto dos papéis da *irmandade* fundada por Luís Álvares. Que essa homenagem que servirá, outrossim, de nota bibliográfica, abranja, também, Jorge Cardoso, o autor do «AGIOLÓGIO LUSITANO»; Frei José de Santo António cuja pena nos legou «FLOS SANTORUM AUGUSTINIANO»; o Padre Baptista de Castro, paciente compilador do «MAPA DE PORTUGAL»; Ribeiro de Guimarães o autor do «SUMÁRIO DE VÁRIA HISTÓRIA»; o anónimo autor da «HISTÓRIA DE LISBOA» (manuscrito da B. N. L.) e, finalmente, Gervásio Lobato, «príncipe dos humoristas portugueses» como alguém lhe chamou algures, de que se citou um passo inserto na sua «COMÉDIA DE LISBOA».

Em próximo número desta publicação e a terminar este trabalho, se apresentarão alguns apontamentos sobre a Senhora da Saúde, o seu culto e a sua procissão.

(Continua)

*Um aspecto do claustro do Convento da Graça*





## O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES

(CONTINUAÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR)

POR FERREIRA DE ANDRADE

D. JOSÉ LOBO

CONDE DE ORIOLA E BARÃO DE ALVITO

1749-1752

Já no fim do seu reinado, como dissemos, se resolve D. João V a nomear o presidente do Senado de Lisboa. A escolha—e decerto a houve, dada a grande responsabilidade do cargo—recaiu sobre o Conde de Oriola e Barão de Alvito, D. José Lobo. A carta régia de nomeação é de

28 de Agosto de 1749 <sup>(1)</sup> e designa-o «para que sirva por tempo de três anos o cargo de Presidente da Câmara e Governo de Lisboa».

A posse foi-lhe conferida em 4 de Setembro. D. José António Francisco Lobo da Silveira Quaresma nasceu no palácio dos seus antepassados, ao Conde Barão (local que desta família recebeu o nome) no dia 3 de Junho de 1698 <sup>(2)</sup>. Foi

<sup>(1)</sup> *Livro Carmesim*, fls. 215 e 215 v.

<sup>(2)</sup> *História Genealógica*, etc., vol. XI, pág. 161.



baptizado no dia 13 e foram seus padrinhos o Marquês de Nisa, D. António da Gama e D. Isabel Francisca da Silva<sup>(\*)</sup>.

D. José, que foi o 10.º Barão e 1.º Marquês de Alvito (\*) e 3.º Conde de Oriola, exercera, antes de ocupar a presidência da Câmara, os cargos de vedor da Casa da Rainha e deputado da Junta dos Três Estados, este no mesmo ano em que foi designado para o Senado de Lisboa. Foi ainda Comendador de Santiago e Capitão de Cavalos, tendo atingido o posto de Marechal do Exército. Mais tarde D. José I convidou-o para gentil-homem da sua Câmara e nomeou-o vedor da Fazenda da Repartição de África (\*).

★

Um dos primeiros cuidados do Conde-Barão de Alvito foi tentar resolver o grave e arrastado problema da limpeza. As diligências feitas nesse sentido demonstram, de facto, todo o interesse do novo presidente. No entanto... a cidade continuava a ser — no dizer de Freire de Oliveira — um verdadeiro esterquilínio.

Outro sector da actividade municipal que igualmente mereceu da Câmara de então especial cuidado — embora com momentânea melhoria — foi o dos serviços de incêndios. Tendo, como deixámos dito, beneficiado bastante com as medidas introduzidas no reinado de D. Pedro II, o sistema do ataque aos locais onde se deflagrassem incêndios, este foi caindo, muito embora a aquisição feita em Inglaterra de mais quatro bombas, no deplorável estado de incúria que os dois fogos de 1745 — um no palácio real da Ribeira e o outro junto do tribunal das Sete Casas — bem demonstrariam. Urgia, pois, que se tomassem algumas providências. Por decisão

régia, o Senado apresentou, em 3 de Junho do ano seguinte uma consulta, na qual se preconizavam duas soluções (?): repartirem-se as doze bombas existentes e os instrumentos pelos capitães do Terreiro e o pagamento de 40\$000 réis aos bombeiros «para eles e homens que lhes conduzirem as bombas e aluguer das lojas em que as recolherem»; ou então, «encarregar-se o cuidado das bombas aos corregedores dos bairros».

Mas os anos passaram e os incêndios repetiam-se com mais ou menos intensidade.

Em 1750, na madrugada de 10 de Agosto, Lisboa alarmou-se com o alastrar de um dos maiores incêndios a que havia assistido: o do Hospital de Todos os Santos. Medidas energicas, soluções rápidas, directrizes inteligentes eram clamadas pelo povo desorientado, pela opinião pública revoltada. Exigia-o o próprio Governo, a que pertencia já (desde o dia 2), como secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo. Afirmam mesmo alguns biógrafos do discutido ministro que ele próprio dirigiu os trabalhos de ataque ao incêndio e «manifestou o seu grande tino e energia nas acertadas medidas que pôs em prática». O certo é que, logo no dia 12, a Câmara determina (\*): «O Senado ordena ao juiz do povo tome entrega de todas as bombas que se acham dispersas em poder dos bombeiros e as distribuirá pelas pessoas que entender capazes para semelhante ministério e acudir com elas prontamente, fazendo-se preciso».

Por esta resolução foram suspensos desde logo todos os bombeiros, bem como os mestres carpinteiro e pedreiro e o vedor das obras.

O estado de todo o material era, de facto, deplorável; a incapacidade do pessoal, manifesta. Attingira-se o caos.

★

Menos de um ano decerrido sobre a posse de D. José Lobo, morre D. João V. Havia muito que a doença o atormentava. Os negócios do Estado eram já então orientados por D. Mariana de Áustria, a quem se deve, talvez, a própria nomeação do Conde-Barão de Alvito, seu vedor, para a presidência da Câmara.

(\*) *A Ribeira de Lisboa*, vol. IV, pág. 217.

(\*) Mais tarde, em 4 de Junho de 1766.

(\*) Bartolomeu de Sousa Mexia, em 1733, publicou uma biografia intitulada *Elogio do Ilmo e Exmo Sr. D. José António Francisco Lobo da Silveira, 10.º Barão de Alvito, 3.º Conde de Oriola e 1.º Marquês de Alvito, dos Conselhos de Estado e da Guerra*, etc. Lamentavelmente não existe na Biblioteca Nacional nenhum exemplar desta obra e o que pertencia à Livraria do Convento de Jesus (cuja cota consta ainda do respectivo catálogo que compulsámos na Biblioteca da Academia das Ciências) desapareceu. Não foi possível, assim, tomarmos conhecimento das referências feitas por Sousa Mexia a este Presidente da Câmara.

(\*) Livro VI de registo das ordens do Senado, fl. 134.

Grandes foram — e sentidas — as manifestações de dor do povo de Lisboa. A cidade amava o seu rei. Reconhecia a sua tenacidade, o seu desejo de a engrandecer. Não esquecera ainda — tão extraordinária ela fora — a construção do Aqueduto que ao fim de séculos lhe trouxera a ambicionada água. Toda a cidade se cobriu de luto. Luto verdadeiro, nascido na própria alma do povo, sem obediência forçada às pragmáticas da Corte, às decisões oficiais do Senado. Agradecida ao seu Rei, a cidade do Tejo chorou longos meses. Uma obra bastara, de facto — mais do que o fausto, o prestígio de um reinado — para que o povo idolatrasse quem o governou. Dois séculos de decadência, salvo raras ocasiões de franca actividade, como o período da gerência do Conde de Aveiras, haviam envolvido a cidade num cepticismo quase permanente, na descrença dos próprios homens bons da administração municipal. Lisboa alargava-se, como o temos acentuado, sem planos preconcebidos, ao acaso, à mercê, quase sempre, da localização das construções religiosas, do interesse de alguns, das directrizes pessoais de outros.

Pobre cidade, mártir secular dos cataclismos e da incúria dos homens!

## FERNANDO TELES DA SILVA

MARQUÊS DE ALEGRETE

1752-1758

Dois meses antes de terminar o seu mandato, abandona o Conde-Barão de Alvito o seu lugar na Câmara. A carta régia que designa o seu sucessor, o Marquês de Alegrete, é datada de 20 de Junho de 1752 (\*). Em nota a este documento lê-se que «prestou juramento nas mãos do chanceler-mor Francisco Luís da Cunha e Ataíde no dia 25» e que no dia imediato tomou posse.

Fernando Teles da Silva era filho de Manuel Teles da Silva, escritor de mérito e que exerceu o cargo de secretário perpétuo da Academia Real de História. Foi 4.º Marquês de Alegrete e 5.º Conde de Vila Maior. Lugar público, consta unicamente que exercera, além de gentil-homem

de D. José I e Capitão de Cavalaria, o de presidente do Senado. Nascera no palácio de seus maiores, há poucos anos demolido (\*), em 8 de Outubro de 1703.

★

A acção administrativa do Marquês de Alegrete deve dividir-se em dois períodos distintos: o que decorreu até ao 1.º de Novembro de 1755 (já então reconduzido no seu mandato de três anos)(\*) e o subsequente ao cataclismo que destruiu parcialmente a capital.

Uma das primeiras medidas da Câmara da sua presidência demonstra cabalmente a decidida intervenção do Senado em coibir a desordem até então havida na execução de obras públicas e construções particulares: «Aos 23 dias do mês de Novembro de 1752 se assentou em mesa — reza o documento (10)—pello Ill.ºº e Ex.ºº Marquês, presidente, e mais pessoas abaixo assinadas, que de hoje em diante se não faça obra alguma nesta cidade e seu termo, sem que seja mandada fazer por ordem do Senado, por escrito, precedendo as diligências do estilo».

Mas bem limitadas foram decerto essas obras. No decurso desses primeiros três anos somente uma obra pública mereceu a atenção do Senado, sem que, mesmo assim, se concretizasse: o alargamento da artéria que era, já então, a primeira rua da cidade, a nossa actual rua Garrett. Simples arranjos de conservação de vias públicas, talvez os tivesse havido, mas deles não nos falam os documentos municipais, exceptuando a «obra de calçada e rebaixos» da «rua que subia da da Boa Vista para Santa Catarina» e esta, porque era «do real agrado da rainha» e se reconhecer a necessidade de, por ela, poderem subir carruagens «sem o tropeço e perigo» em que estava «pelo iminente da subida».

★

Como já referimos, o movimento de carruagens pela seiscentista rua das Portas de Santa Catarina, espinha dorsal de todo o trânsito para o Poente da cidade, aumentava assustadoramente. A administração municipal não descurava o problema.

(\*) Livro *Carmesim*, fls. 217 e 218.

(\*) 1946.

(\*) 7 de Agosto de 1755. Livro *Carmesim*, fls. 223 e 224

(10) Livro VI dos Assuntos, fl. 128 v.



Atenta às exigências do complicado tráfego dessa artéria primacial, proibira, como se disse, em 1704, o trânsito de carros carregados. Aos contínuos arranjos do pavimento impunha-se o alargamento das serventias que conduziam ao Chiado, principalmente o entroncamento com a rua do Almada. Em 1729 pensou-se a sério no problema com a aquisição de umas propriedades. Mas 24 anos passaram... Em 25 de Junho de 1753 o escrivão do Senado envia ao padre «prepósito» da Congregação do Oratório do Espírito Santo<sup>(11)</sup> um aviso para que «logo mande tirar os pontões que se acham pegados à parede do convento, por ameaçarem ruína». E a mesma carta acrescenta peremptoriamente que a demolição deveria ser urgente, «antes que aconteça alguma infelicidade que o mesmo Senado tem obrigação de acautelar, no que não há-de haver dissimulação, por ser a rua de grande concurso e servidão das pessoas mais preexcelsas».

Por razões que alegaram — e entre elas a de que pretendiam alargar o convento — eximiram-se os padres de S. Filipe Nery a cumprir as ordens do Senado. Exposto o assunto ao Rei, foi mandada fazer uma vistoria pelo já então arquitecto da Câmara, Eugénio dos Santos, que, executada a planta, sugeriu a demolição de quinze propriedades. Mas aonde ir buscar o capital necessário? Ao produto aplicado à obra de condução da Água Livre? Não o autorizaram os procuradores da cidade, muito embora reconhecessem que o alargamento do Chiado «era obra muito útil». E mais um ano passou. Em Maio de 1754, por sugestão do vereador Pereira Viveiros, pensou então o Senado em contrair um empréstimo — por meio de quatro lotarias — para o pagamento das demolições e alargamento da artéria.

Mas outro ano decorreu e... o que os poderes públicos não puderam resolver, solucionou-o o sismo que uns meses decorridos subverteria o local. É só então a figura de Eugénio dos Santos, todo o seu talento e a sua visão extraordinária de grande urbanista se evidenciariam. No entanto, porém, certo é que a sua forte personalidade se vincara já; os seus dotes de inteligência e trabalho eram reconhecidos pelo Rei e pelo próprio Senado.

É curioso recordar-se — o que demonstra a alta categoria do então arquitecto da cidade — que em fins de 1753 Eugénio dos Santos requerera ao Senado<sup>(12)</sup> que «fosse contado em todas as vistorias que se fizessem para edifícios que novamente se pretendessem fazer em solo e área do público e nas mais que respeitassem o ornato, a simetria e aspecto público da cidade e largura das suas ruas». Nestes simples tópicos estavam, decerto, as primordiais directrizes de um projecto inteligentemente concebido para uma estruturação do plano de desenvolvimento e embelezamento da urbe. Com ele, a cidade não mais seria vítima das directrizes individualistas deste ou daquele proprietário, deste ou daquele edil.

O pedido de Eugénio dos Santos, por arrojado e contrário a todas as normas até então dificilmente combatidas, teve, como não podia deixar de ser, certa oposição da Câmara. O descabro, a confusão, a indisciplina urbanística da cidade arrasavam-se havia séculos já. Criara raízes...

★

Não cabe na índole deste trabalho alongar-nos na descrição do terramoto que, brutal e trágicamente, sacudiu a Lisboa do começo da segunda metade do século XVIII.

Caudais de manuscritos, de obras impressas, em prosa e verso, epístolas e relatos — desde os memorialistas testemunhas da catástrofe, dos grandes génios de então, como Goethe e Voltaire, Kant e Lemercier e de tantos, tantos outros vultos da literatura universalista de setecentos, aos escritores dos nossos dias — nos falam e documentam a tragédia maior que enlutou, em toda a sua história, a cidade do Tejo.

Da acção do presidente do Senado, após as horas trágicas do desmoronar do casario, das ondas impiedosas, devastadoras, das labaredas incessantes que consumiram quarteirões, reduziram a escombros palácios e templos, pouco se poderá dizer, «abafada» que foi pela enérgica e firme actuação de Sebastião José de Carvalho e Melo, ainda somente Secretário de Estado dos Negócios do Estrangeiro e da Guerra, e, passados os dias tremendos do traumatismo, pela sábia orientação dos técnicos reformadores da urbe.

<sup>(11)</sup> Edifício onde hoje estão instalados os *Grandes Armazéns do Chiado*.

<sup>(12)</sup> *Elementos*, etc., vol. XV, pág. 492.

O primeiro documento enviado ao Marquês de Alegrete é datado do próprio dia 1 de Novembro. Nele escreveu o futuro Conde de Oeiras (1<sup>a</sup>):

«Sua Majestade, esperando de V. Ex.<sup>a</sup> que seja socorrido à geral calamidade desta corte com tudo que coubesse no possível, me manda participar a V. Ex.<sup>a</sup> que o Marquês estribeiro-mor, o Marquês de Abrantes e o Tenente-General de Artilharia têm ordens para concorrerem com as tropas, troço e artilheiros e materiais, para tudo que for necessário para o remédio possível das muitas infelicidades de que Lisboa se acha consternada; e no caso de que faltem algumas mais, de gente ou dinheiro, também tenho ordem para dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que com aviso se fará tudo pronto».

E logo no dia imediato determina que todos os «desembargadores e vereadores do Senado da Câmara e os mais ministros» se encarregassem de «receber às portas da cidade todos os mantimentos que viessem de fora».

E as ordens, as directrizes, as consultas, toda uma orientação enérgica e decidida se seguiram ininterruptamente. As medidas de protecção, de segurança, de saúde, sucederam-se umas às outras, ditas sempre pela mão firme do incansável ministro.

Volvidos apenas três meses, a Câmara procura obstar à construção desordenada de pequenas barracas de pedra e cal que começavam a dificultar todo um plano de reedificação da cidade, decreto já delineado pelos técnicos do Senado, ou, melhor, pelos técnicos de Sebastião José de Carvalho e Melo.

No entanto — deve registar-se — neste distender emergente da cidade, afastada que foi pelo terror e as chamas a população, estava o germinar dos novos bairros de Lisboa. Seis meses depois já se tinham erguido mais de 9000 barracas, algumas com verdadeiras características de prédios, mesmo de palácios, como o da própria coroa, na Ajuda. Um ano decorrido, esse número aumentara; e muitos desses prédios ficaram definitivamente, sobretudo no bairro de Santa Isabel. Em vão se publicara o decreto de 29 de Novembro, que proibia a edificação, ou reedificação de casas nos

bairros incendiados, enquanto se não concluíssem os tombos e medições. Todas estas medidas estavam na base dos estudos do plano reedificador de Lisboa que o edital de 10 de Fevereiro de 1756 anunciava para breve, prevendo nele todo o traçado das ruas, a estrutura e a altura dos prédios. Antes, porém, a 5 do mesmo mês, a Câmara, alarmada com a diminuição de receitas, enviara ao Rei a seguinte consulta (1<sup>a</sup>):

«Senhor — Per ocasião do caso insólito do 1.<sup>o</sup> de Novembro do ano passado buscaram muitos vassallos de V. Majestade a sua acomodação em vários sítios desta cidade e seus subúrbios, onde fizeram barracas de madeira, uns sem licença e outros com ela, a quem o Senado as concedeu gratuitas.

«Intentou o Senado por alguma módica pensão em cada uma das ditas barracas, com atenção ao tamanho e sítio, e também entendeu que devia primeiro representar a V. Majestade, suplicando a sua real aprovação que será justamente exercitada, suposta a grande perda que teve na ruína das suas propriedades e diminuição dos contratos, em que os rendeiros pedem quitas e requerem encampações, sendo também digno objecto da real atenção de V. Majestade que, ocupados os terrenos públicos com as mesmas barracas, não lucra o Senado os interesses que lhe podem resultar dos lugares de peajamento que não pode conceder nos sítios ocupados...».

E como sequência desta consulta e sem mesmo esperar resposta da Secretaria de Estado, o Senado notifica, no dia seguinte, todas as pessoas que tivessem feito «obras em barracas com parede e cal, frontal e barro, para as derrubar no prazo de três dias».

Os limites da cidade — dentro dos quais se não podia edificar sem licença — haviam sido demarcados já pela lei de 5 de Dezembro e iam das portas de Alcântara, Arco do Carvalhão, Campolide, a S. Sebastião da Pedreira, Cruz dos Quatro Caminhos e Santa Apolónia.

Entretanto, as tropas dos vários regimentos do país, mours e forçados das galés, iam desentulhando toda a parte baixa da cidade.

(1<sup>a</sup>) Livro VIII de Consultas de D. José I, fl. 366.

(1<sup>a</sup>) Elementos, etc., vol. XVI, pág. 205.



★

Como atrás dissemos, a acção do Senado estava limitada pela enérgica e decidida intervenção de Sebastião José de Carvalho e Melo, que chamara a si toda a tarefa da reconstrução da cidade.

Todos os planos elaborados por Manuel da Maia foram apresentados ao Rei, não através do Marquês de Alegrete, mas sim por intermédio do Duque de Lafões, Regedor das Justiças.

Ao primeiro estudo (24 de Dezembro), outra *Dissertação* se seguia, datada de 16 de Janeiro, e uma terceira a 19 de Abril. Das cinco soluções concebidas pelo activo engenheiro-mor, foi escolhida a que preconizava a completa remodelação de toda a Baixa.

Não era este, no entanto, o plano por que mais se «batera» Manuel da Maia. Arrojado nas suas concepções de uma Lisboa nova, preconizara a construção da cidade futura para os bairros de Belém, da Ajuda, de S. João dos Bencasados.

No plano aceite, uma outra figura se sobrelevou — confessa-o o próprio Manuel da Maia — a do engenheiro militar, Eugénio dos Santos e Carvalho. A ele, de facto, se ficou devendo toda a estruturação, a visão extraordinária do plano da cidade baixa.

Cinco meses após o desmoronar da grande parte de Lisboa <sup>(15)</sup> é promulgado o decreto que determina todo o plano da sua reconstrução <sup>(16)</sup>.

Um mês depois, Sebastião José de Carvalho e Melo é nomeado Secretário de Estado dos Negócios do Reino. A comunicação é dada à Câmara pelo decreto de 5 de Maio.

Neste novo cargo superintendia mais directamente sobre os assuntos do Senado. Sem dúvida era ele o verdadeiro presidente da Câmara, o «posso e mando» de todas as resoluções sobre a urbanização da capital.

★

Sem esquecer, porém, as medidas imediatas de salvaguarda de bens e de vidas, o necessário acalmar de uma população em sobressaltos de pânico

e de fome, entre criminosos latrocínios e vinganças torpes, os clamores aflitivos de mulheres e de crianças, as soluções emergentes de sanidade que as circunstâncias impunham, o futuro Marquês de Pombal germinou, desde logo, o plano salvador de erguer uma cidade, sem espaventos e projectos grandiosos, antes somente subordinado às possibilidades financeiras do Município e do Estado. Mesmo assim, houve a necessidade de se lançar um imposto de 4% sobre as mercadorias importadas.

★

Em 14 de Abril de 1758 enviou o futuro Marquês de Pombal o seguinte aviso à Câmara <sup>(17)</sup>: «Sendo presente a Sua Majestade que na cidade de Lisboa se estão fazendo actualmente muitos edifícios com deformidade, sem coordenação e simetria, com prejuízo da boa ordem e aspecto público, é o mesmo Senhor servido que o Senado da Câmara aplique todo o cuidado e vigilância para impedir a continuação de semelhantes obras...».

Era já o proémio da grande obra de reconstrução da cidade. Aquela deliberação seguiu-se logo o alvará de 12 de Maio, estabelecendo peremptoriamente «que a cidade fosse prontamente reedificada por um novo plano regular e decoroso... alargando-se e alinhando-se as ruas nos bairros cujos edifícios foram abrasados e demolidos e melhorando-se quanto possível, no mesmo sentido, as ruas cujos edifícios ficaram em estado de sofrer reparação». Neste mesmo alvará determina-se que o prazo para a conclusão da obra imposta a cada proprietário não podia exceder cinco anos.

A grande «machadada», porém, nas tradicionais atribuições do Senado <sup>(18)</sup>—superintendência em todas as obras da cidade—foi dada pela vontade ditatorial de Sebastião José de Carvalho e Melo. Por razões que facilmente se compreendem,

<sup>(17)</sup> *Elementos*, etc., vol. XVI, pág. 349.

<sup>(18)</sup> O Regimento dado à vereação em 30 de Junho de 1591 impunha à Câmara a obrigação de ter a seu cargo «a inspecção sobre as edificações e reedificações que se fizerem na cidade, podendo mandar reparar ou demolir as que ameaçassem perigo ou prejudicassem o público».

<sup>(15)</sup> 9 de Abril de 1756.

<sup>(16)</sup> *Os Engenheiros Militares Portugueses no terramoto de 1755*, por Cristóvão Aires.

são tiradas à Câmara essas atribuições. O ministro leva, em 12 de Junho desse ano de 1758, o Rei a assinar o seguinte decreto:

«Fui servido confiar, por decreto da data deste, a jurisdição que desde a calamidade do terramoto do 1.º de Novembro de 1755 conferei ao Duque de Lafões, meu muito amado e prezado primo, para ordenar os tombos, desentulhos e segurança pública das ruas e edifícios da cidade de Lisboa, e o mais concernente a estas matérias, estendendo-lhe agora a mesma jurisdição a tudo o que pertença à execução das leis e ordens que tenho mandado expedir para a reedificação da dita cidade, e cometendo-lhe a inspecção das obras que nela se fizerem para o alinhamento das ruas e simetria das casas, em ordem a cujos fins nomeará para cada bairro um ministro da Casa de Supplicação, que lhe pareça mais próprio, para nele executar as suas ordens respectivas ao que tenho determinado pela lei de 12 de Maio próximo precedente e houver de determinar ao dito respeito; e encarregará ao mesmo tempo quaisquer outros ministros subalternos, que lhe parecerem necessários para mais pronta expedição das diligências que se houverem de fazer, assim para a boa e fácil preparação dos terrenos, em que se há-de edificar, na conformidade da sobredita lei, como para o alinhamento das ruas e regularidade dos projectos das casas, segundo for por mim determinado nos diferentes planos e providências que forem baixando para se edificar, conforme o estado e as circunstâncias de cada um dos terrenos em que se houverem de levantar os edificios...».

O mesmo decreto previa ainda as normas da avaliação dos terrenos e determinava — o que se deve salientar porque demonstra o cuidado dos architectos de então em não suprimir à cidade a sua forte razão de beleza, o Tejo — que, «não obstante quaisquer leis, regimentos, disposições, resoluções ou ordens em contrário, e sem embargo da constituição zenonina (relativa à construção de propriedades que prejudicasse a vista de outras) e opiniões da doutores que permitam a nunciação de novas obras, quando impedem a vista do mar, porque quero que prefira, como deve preferir, ao interesse particular das ditas nunciações a utilidade pública da regularidade e formosura da capital destes reinos em todas as ruas...».

O decreto era categórico. Suprimia pura e simplesmente «todas as diligências e vistorias» que a Câmara «costumava fazer para as edificações e reedificações» da cidade.

Pelo Senado passavam somente os normais assuntos da administração municipal. Manuel da Maia, architecto da cidade, pago pelo Senado, epistolava directamente com o Duque de Lafões.

★

Uma semana depois do decreto de 12 de Junho, abandona o Marquês de Alegrete a presidência da Câmara. O mandato da sua recondução terminava somente a 7 de Agosto. A razão do afastamento de Fernando Teles da Silva não podemos, com fundamento, ao contrário do que se tem escrito, filiá-la em presumível doença, muito embora viesse a falecer, apenas com 55 anos, em Outubro do ano seguinte<sup>(19)</sup>. Desinteligências com o déspota ministro de D. Jos?? Dezerto. E, sobretudo, por dignidade.

Devemos registar que logo após ter recebido o decerto que expurgava do Senado as suas prerrogativas de presidente, o Marquês de Alegrete solicita a sua demissão. Não se deve esquecer ainda que este fidalgo era cunhado e sogro do Conde de Óbidos, por este fidalgo ter casado, primeiro com sua irmã, D. Helena e, em segundas núpcias, com sua filha, também Helena. Uma das casas que foram cercadas na noite de 13 de Dezembro desse ano foi precisamente a do Conde de Óbidos, que foi encarcerado na masmorra da Junqueira e lá veio a falecer. Haveria também neste parentesco qualquer razão para o afastamento do Marquês de Alegrete?

*Presidência interina do vereador*

GASPAR FERREIRA ARANHA

1758-1764

Igualmente por razões desconhecidas não designou Sebastião José de Carvalho e Melo, durante os seis anos que se seguiram à saída do Marquês de Alegrete, nenhum presidente do Senado.

(19) *Gazeta de Lisboa*, de 20 de Setembro de 1759.



O primeiro documento que baixou à Câmara, após ter abandonado a presidência Fernando Teles da Silva, é datado de 22 de Agosto de 1758 e dirigido ao vereador Gaspar Ferreira Aranha<sup>(20)</sup>.

Impossível foi também apurar qual a razão por que Sebastião José de Carvalho e Melo não determinou que a presidência do Senado fosse exercida pelos vereadores às semanas, mas sim pelo mais antigo<sup>(21)</sup>, conforme estipulava a resolução régia de 23 de Julho de 1655.

Muito raramente, por ausência temporária de Ferreira Aranha, exercera a presidência o vereador Manuel de Campos e Sousa.

Em 16 de Maio de 1763, estando ausentes Gaspar Aranha e Campos e Sousa, o já então Conde de Oeiras<sup>(22)</sup> envia à Câmara o seguinte aviso<sup>(23)</sup>:

«Sua Majestade há por bem que o despacho do Senado da Câmara se faça, no impedimento do desembargador Manuel de Campos e Sousa, com dois ministros actualmente existentes<sup>(24)</sup>, não obstante quaisquer disposições contrárias, por ora e enquanto o mesmo senhor não der maior providência sobre esta matéria».

Mas logo no dia imediato é enviado à Câmara um decreto que estabelece o que hoje poderíamos chamar uma comissão administrativa. Era a verdadeira ditadura do Governo sobre a administração municipal. É este o teor do decreto assinado por D. José:

«Sendo informado que no despacho do Senado da Câmara e na administração das suas rendas se têm introduzido, de tempos a esta parte, alguns abusos que, requerendo uma especial e pronta providência, fazem preciso o concurso de alguns ministros extraordinários, em quem concorram os requisitos de autoridade, préstimo e zelo exemplar do meu real serviço e do bem comum do meu povo; e havendo mostrado a experiência que estas recomendáveis circunstâncias concorrem

nas pessoas de António Velho da Costa, do meu conselho e desembargador do paço, pelo bem que sempre desempenhou os ministérios de que o encarreguei, e de António de Brito Freire, pelo acerto com que desempenhou as obrigações do importante lugar de vedor da Fazenda do Estado da Índia, e com que continuou a servir-me e está servindo no posto de coronel da marinha: hei por bem nomeá-los para que, enquanto eu assim o houver por bem e não mandar o contrário, assistam ao despacho do sobredito Senado, como meus comissários e inspectores por mim nomeados para os respectivos efeitos, com voto em todas as matérias que se propuserem, como se fossem do cargo do mesmo Senado, e com a ampla jurisdição de avocarem e examinarem todos os papéis que julgarem precisos para as diligências particulares de que os tenho encarregado; tomando o primeiro dos meus ditos comissários o primeiro lugar da parte direita, e o segundo o primeiro lugar da parte esquerda...».

Estavam, assim suprimidas todas as prerrogativas do velho Senado olisiponense. O déspota e cruel, enérgico e inteligente ministro conseguira dominar inteiramente a administração municipal. Não lhe regateamos, no entanto, louvores. A sua extraordinária visão, a espantosa actividade, as excepcionais qualidades de trabalho, não as pode esquecer esta cidade. A hora dramática do terramoto viveu-as recolhido na sua sege. Dois dias e duas noites de incessante, de febril elaboração de directrizes e de providências. Depois, no decorrer dos anos, a persistente actuação nos planos de reedificação de uma cidade imersa em escombros, reduzida à miséria e à fome.

★

Subordinada, assim, a administração do Senado à vontade onipotente do Conde de Oeiras, toda a orientação era dada por ele próprio ou por seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, já então (desde 4 de Janeiro de 1762) secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

No Senado o «papel» de presidente era, pode dizer-se, desempenhado pelo desembargador António Velho da Costa, a quem se remetiam todos os avisos e decretos.

(20) Tomara posse no dia 28 de Novembro de 1740 (decreto do dia 22).

(21) Os outros vereadores: Manuel de Campos e Sousa, Francisco Galvão da Fonseca, João de Santa Clara e Carlos Pery de Linde, foram nomeados, o primeiro em 1745 e os restantes em 1753.

(22) Desde 15 de Junho de 1759.

(23) *Elementos*, etc., vol. XVI, pág. 547.

(24) Francisco Galvão da Fonseca e Carlos Pery de Linde.

★

Havia falecido já (1760) Eugénio dos Santos. Mateus Vicente era então o architecto-chefe da cidade. Os abusos na construção clandestina de barracas continuava, muito embora o decreto de 8 de Outubro de 1760 uma vez mais tivesse ordenado à Câmara a sua proibição e determinado que os proprietários e inquilinos abandonassem as existentes.

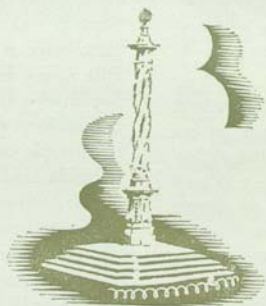
Toda a direcção da reconstrução da cidade estava entregue — não a Mateus Vicente — mas ao colaborador de Eugénio dos Santos, o architecto húngaro Carlos Mardel, que fora o grande colaborador de Manuel da Maia na obra do Aqueduto das Águas Livres. No Conselho da Fazenda fora Eugénio dos Santos substituído pelo célebre *Bota Abaixo*, José Monteiro de Carvalho.

Estava já, de facto, elaborado todo o plano de reconstrução da cidade baixa. O decreto de 9 de Outubro desse mesmo ano de 1760 designa a nomenclatura das artérias e o de 5 do mês seguinte determina a distribuição dos vários mercados. Desde logo se iniciam as obras de terraplanagem e a demarcação de delineamentos. As construções, porém, não tiveram o mesmo ritmo de extraordinária actividade da elaboração dos projectos. Passados onze anos sobre o fatal 1.º de Novembro sòmente se tinham erguido cinquenta e cinco prédios...<sup>(25)</sup>.

(*Continua*)

---

<sup>(25)</sup> *A Baixa Pombalina*, Pastor de Macedo, págs. 16 e 17.







# ÍNDICE GERAL DA "REVISTA MUNICIPAL"

(DO N.º 92 AO 95)

ANO DE 1962

Designação	Números	Páginas
<b>A</b>		
Acontecimentos citadinos .....	92/93	39
	94	43
	95	27
<b>B</b>		
Busto do Conde de Sabugosa (O) .....	92/93	59
<b>C</b>		
Celebrações na cidade de Lisboa .....	92/93	33/61
Curso de Recepcionistas (I) .....	94	41
Cumprimentos de Fim de Ano do pessoal camarário ao general França Borges	95	5
<b>E</b>		
Edições municipais de Propaganda e Turismo .....	92/93	65
	94	83
	95	69
Escadinhas de Lisboa .....	92/93	51
Exposição camarária na Feira Popular .....	92/93	63
<b>H</b>		
Homenagem ao presidente França Borges .....	92/93	5
	92/93	38-A
«Hors-textes» .....	94	60-A
	95	26-A

Designação	Números	Páginas
<b>M</b>		
Monumentos de Lisboa .....	92/93	16
Milagre de Lisboa (O) .....	94	7
Manuel da Maia e o Aqueduto das Águas Livres .....	94	53
<b>P</b>		
Procissões tradicionais em Lisboa (Duas) .....	95	41
<b>R</b>		
Recanto do Paraíso em pleno coração de Lisboa (Um) .....	92/93	23
<b>S</b>		
Sequeira — Matos .....	94	5
Sereia nos Descobrimentos (A) .....	94	9
Simbolismo do ramo de louro (O) .....	94	16
<b>T</b>		
Tejo — rio internacional, rio português e rio de Lisboa (O) .....	95	7
<b>V</b>		
Vicente, padroeiro da cidade de Lisboa (São) .....	95	11
Vereador Gorjão Henriques .....	95	25





# ÍNDICE DOS COLABORADORES

Designação	Números	Páginas
<b>A</b>		
<b>Andrade — Ferreira de</b>	92/93	8
O Senado da Câmara e os seus presidentes (cont.) .....	94	74
	95	52
<b>B</b>		
<b>Boturão — Padre Júlio d'Oliveira</b>		
S. Vicente o padroeiro da cidade de Lisboa .....	95	11
<b>C</b>		
<b>Chabloz — Jean Pierre</b>		
Um recanto do Paraíso em pleno coração de Lisboa .....	92/93	23
<b>Costa — Mário</b>		
O simbolismo do ramo de louro .....	94	16
<b>F</b>		
<b>Ferro — Quadros</b>		
Os monumentos de Lisboa .....	92/93	16
<b>G</b>		
<b>Garcez — Costa</b>		
Escadinhas de Lisboa .....	92/93	51
Duas procissões tradicionais em Lisboa .....	95	41
<b>L</b>		
<b>Lima — Fernando de Castro Pires de</b>		
A sereia nos descobrimentos .....	94	9
<b>P</b>		
<b>Pereira — Manuel de Campos</b>		
O milagre de Lisboa .....	94	7
<b>Pires — Mário</b>		
O Tejo — rio internacional, rio português e rio de Lisboa .....	95	7
<b>S</b>		
<b>Santos — Eduardo dos</b>		
Manuel da Maia e o Aqeduto das Águas Livres .....	94	53

# ÍNDICE DAS GRAVURAS

Designação	Números	Páginas
<b>A</b>		
<b>Acontecimentos cívicos</b>		
Cumprimentos do funcionalismo municipal ao presidente França Borges (2 aspectos) .....	92/93	39
Visita de Sua Excelência o Presidente da República à exposição de Ornitologia (2 aspectos) .....	92/93	40
Distribuição de leite às crianças de Lisboa .....	92/93	40
Entrega de bibliotecas .....	92/93	41
Cumprimentos da Imprensa e do Teatro (2 aspectos) .....	92/93	41
Condecoração do general França Borges .....	92/93	42
Teatro municipal (3 aspectos) .....	92/93	42 e 48
Exposições de Martin Maqueda e de Francisco Valença (3 aspectos) .....	92/93	42 e 46
Cumprimentos de entidades estrangeiras (7 aspectos) .....	92/93	42 e 44 e 47 e 50
Inauguração da XII Exposição de Floricultura .....	92/93	43
Inauguração do Mercado do Arco do Cego .....	92/93	43
Recepções oferecidas a entidades estrangeiras (3 aspectos) .....	92/93	44, 46 e 47
Inauguração de blocos escolares (2 aspectos) .....	92/93	45
Apresentação de cumprimentos das bandas civis de Lisboa .....	92/93	49
Apresentação de peças musicais sobre Lisboa (2 aspectos) .....	92/93	49 e 50
Juramentos de honra dos sapadores bombeiros .....	92/93	50
Cumprimentos de entidades estrangeiras (3 aspectos) .....	94	44 e 51
Recepções oferecidas a representações internacionais (2 aspectos) .....	94	51 e 44
II Congresso Mundial do Fogo (3 aspectos) .....	94	45
Espectáculos municipais (8 aspectos) .....	94	46, 49 e 50
Visita da Presidência da Câmara Municipal do Porto (6 aspectos) .....	94	47 e 48
Inauguração do Bairro do Padre Cruz (2 aspectos) .....	94	52
Cumprimentos de individualidades nacionais e estrangeiras (8 aspectos) .....	95	28, 36, 38 e 39
Espectáculos municipais (6 aspectos) .....	95	29, 30, 32 e 35
Exposição Nacional de Floricultura .....	95	30
Condecorações ao presidente e vice-presidente do Município (2 aspectos) .....	95	31
Inaugurações municipais (3 aspectos) .....	95	32, 34 e 37
Entrega de prémios a funcionários camarários (4 aspectos) .....	95	35
Entrega de bibliotecas a várias colectividades .....	95	34
Homenagem à Casa da Imprensa .....	95	38
Homenagem ao presidente França Borges .....	95	39 e 40
<b>Aqueduto das Águas Livres (O) — «Hors-Texte» .....</b>	94	60-1

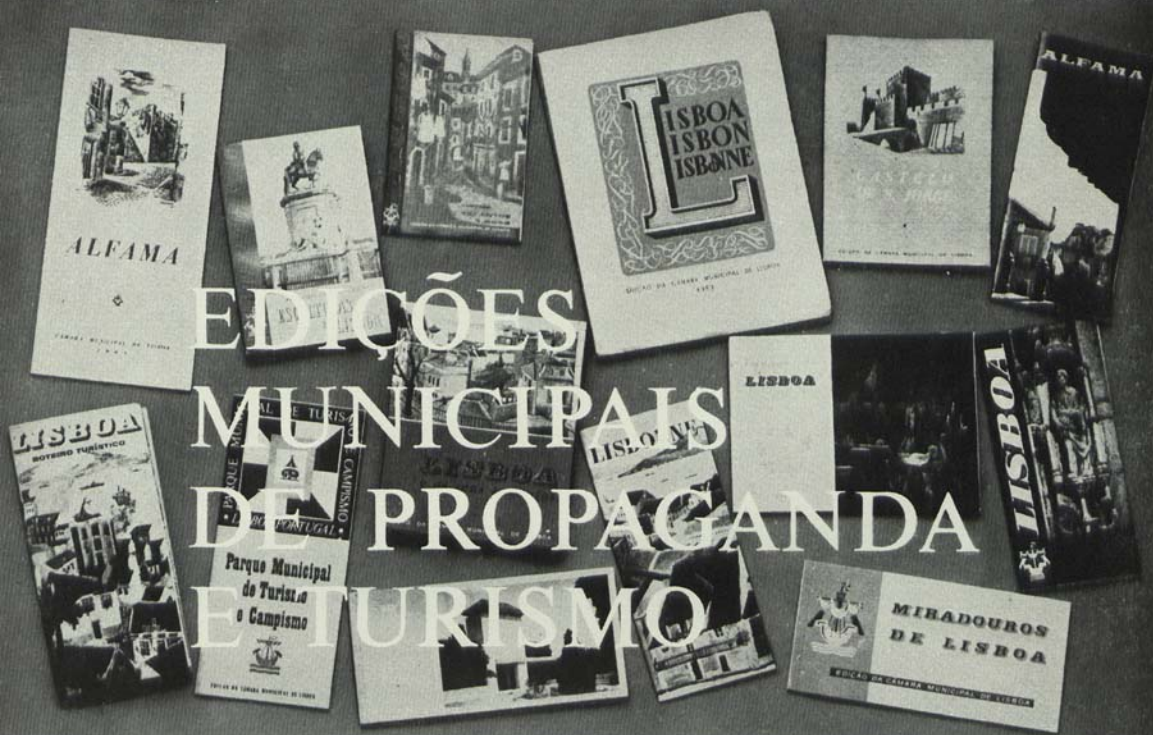


Designação	Números	Páginas
<b>B</b>		
Busto do Conde de Sabugosa (2 aspectos) .....	92/93	59
<b>C</b>		
Celebrações na cidade de Lisboa (11 aspectos) .....	92/93	35 a 38, 61 e 62
Convento de Belém — «Hors-Texte» .....	92/93	38-A
Caricatura de «A Matraca» .....	94	23
Curso de Recepcionistas (I) (2 aspectos) .....	94	41 e 42
Cumprimentos ao presidente da Câmara .....	95	5
Cárcere de S. Vicente, S. Valério e del Horno .....	95	22
<b>E</b>		
Edições municipais de propaganda e turismo .....	92/93 94 95	65 83 69
Escadinhas de Lisboa (11 aspectos) .....	92/93	52
Exposição camarária na Feira Popular de Lisboa (3 aspectos) .....	92/93	63 e 64
Estufa Fria (12 aspectos) .....	92/93	24
Edição do «Pranto de Maria Parda» (4 aspectos) .....	94	20, 22, 30 e 34
Estátua de Apolo Musagete .....	94	26
<b>H</b>		
Homenagem ao presidente França Borges (3 aspectos) .....	92/93	5, 6 e 7
<b>I</b>		
Igreja dos Paulistas (Órgão) .....	94	3
Igreja da Graça (9 aspectos) .....	95	43 a 47 e 49 a 51
<b>L</b>		
Lisboa vista do Tejo .....	95	7
Lisboa, vista da Rua de S. Miguel — «Hors-Texte» .....	95	26-A

Designação	Números	Páginas
<b>M</b>		
Monumentos de Lisboa (9 aspectos) .....	92/93	16
Mosteiro dos Jerónimos .....	92/93	3
Miguel (Alfama) — Rua de S. ....	94	19
Miradouro de Santa Luzia .....	95	10
<b>P</b>		
Pormenores arquitectónicos (10 aspectos) .....	94	10 à 15
Pelourinho da Praça do Município .....	95	3
<b>R</b>		
Retrato de Matos Sequeira .....	94	5
Retrato de Manuel da Maia .....	94	66
<b>T</b>		
Taberna rústica (Bairro de Alfama) .....	94	32
<b>V</b>		
Vicente (São) .....	95	13, 16, 17, 19 e 24
Valência (Cidade de) (2 aspectos) .....	95	20
Vereador Gorjão Henriques .....	95	25







# EDIÇÕES MUNICIPAIS DE PROPAGANDA E TURISMO

ALBUM DE POSTAIS COLORIDOS: «CAIS E RIO», «CASTELO DE S. JORGE», «ESTUFA FRIA», «JARDINS DE LISBOA», «LISBOA MODERNA», «LISBOA PITORESCA», «MIRADOUROS DE LISBOA», «MUSEU DA CIDADE» E «PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO»

ANAIIS DO MUNICIPIO

ARCOS DE LISBOA  
GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

CHAFARIZES DE LISBOA  
LUIS CHAVES

O CASTELO DE S. JORGE  
COSTA GARCEZ

ESCULTURAS DE LISBOA  
FERNANDO CASTELO-BRANCO

IGREJAS DE LISBOA  
MATOS SEQUEIRA

LANELAS DE LISBOA  
MANUEL VAZ FERREIRA DE ANDRADE

LISBOA  
LUIS TEIXEIRA

MUSEUS DE LISBOA  
FERNANDO CASTELO-BRANCO

POSTAIS «COSTUMES DE LISBOA»  
DESENHOS DE LINO ANTONIO

REVISTA MUNICIPAL

NO PRELO:

GUIA TURISTICO DE LISBOA

PORTAS E BRASOES DE LISBOA  
LUIS FERROS PONCE DE LEAO



*Composto e impresso  
nas Oficinas Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa*



*PREÇARIO DA REVISTA:*

Preço avulso . . . . .	12\$50
Números duplos . . . . .	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números) . . . . .	40\$00

*DEPOSITARIO GERAL:*

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º  
Telefone 32 57 11

*CORRESPONDENCIA:*

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa  
Praça do Município — Telefone 36 29 51

